

JUSCYO MARIO BARBOSA MARTINS

**O VOLUNTARIADO EM COMUNIDADE COMO
ALTERNATIVA DE DESENVOLVIMENTO LOCAL: O
CASO VILA PILOTO**

**UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO
CENTRO DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E EXTENSÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO LOCAL
-MESTRADO ACADÊMICO-
CAMPO GRANDE – MS
2005**

JUSCYO MARIO BARBOSA MARTINS

**O VOLUNTARIADO EM COMUNIDADE COMO
ALTERNATIVA DE DESENVOLVIMENTO LOCAL: O
CASO VILA PILOTO**

Dissertação apresentada como exigência parcial para
obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento
Local – Mestrado Acadêmico, à Banca Examinadora,
sob orientação da Prof^a Dr^a Maria Augusta Castilho.

**UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO
CENTRO DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E EXTENSÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO LOCAL
-MESTRADO ACADÊMICO-
CAMPO GRANDE – MS
2005**

BANCA EXAMINADORA

Orientadora – Prof^a Dr^a Maria Augusta de Castilho
Universidade Católica Dom Bosco – UCDB

Prof. Dr. Sinclair Mallet Guy Guerra
Universidade de São Paulo – USP

Prof. Dr. Francisco Avelino Junior
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS

Agradecimentos

A Deus, pela vida, por me iluminar, proteger e capacitar para que, com dignidade, eu pudesse realizar mais essa conquista pessoal e profissional em minha vida.

Aos meus pais, pelo exemplo de vida, ensinando a perseverar, estimulando e abençoando-me para que as dificuldades, o desânimo, enfim, as barreiras eu possa sempre superar.

A tia Nedes Barbosa de Souza, pelo incentivo, apoio e confiança, o que ajudou a tornar possível o início e, conseqüentemente a conclusão deste trabalho.

A tia Irani Barbosa de Castro que graciosamente disponibilizou a sua casa, em Campo Grande-MS, me acolhendo com carinho, sempre que precisei.

Ao professor Dr Edgar Aparecido Costa, por aparecer num momento de extrema indecisão que me ajudou, no último instante, a superar a barreira que me impedia de concretizar a matrícula no mestrado.

A Vice-coordenadora do programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Local – Mestrado Acadêmico, minha professora e orientadora prof^a Dra Maria Augusta de Castilho, pela transparência e ética profissional, pelo esforço e dedicação em me orientar na construção geral deste trabalho, e, mesmo diante das minhas e das suas dificuldades, pela sua fé e com a graça de Deus, soube

administrar as responsabilidades da sua vida e me orientar, com sabedoria, determinação, paciência, compreensão e humildade para que este trabalho viesse a ser concluído.

Ao Pe. Angel Adolfo Sanchez Y Sanchez pelas informações e apoio.

Ao Pe. Giuseppe Crevacore, pelos conselhos, incentivos e informações.

Ao Padre José Mauro, pela atenção disponível.

Ao Mestre Armando Catrana, diretor do Oratório Centro Juvenil Dom Bosco, que, dentro das possibilidades, disponibilizou e autorizou que funcionários colaborassem em parte da pesquisa, respondendo um questionário, o qual também foi respondido pelos voluntários do local.

Aos meus irmãos e irmãs, pela energia positiva, acreditando na minha vitória sobre esse desafio.

Aos meus familiares e amigos que depositaram a confiança, o desejo sincero e positivo, acreditando na minha honestidade e capacidade de concluir este trabalho.

Aos mestres Leandro Skowronski e Antonio José Teodoro, com ciência do professor Dr. Antonio Jacó Brand, pela disposição em proporcionar ocasiões para que eu realizasse as práticas integradoras.

Ao professor Dr. Francisco Avelino Júnior, por contribuir, orientando-me, para que este trabalho não se perdesse no universo acadêmico.

Ao professor Dr. Sinclair Mallet Guy Guerra, pelas sugestões, objetivando o enriquecimento do conteúdo deste trabalho.

Ao professor Dr José Luiz Lorenz Silva, pela disposição, em me atender, alertando-me quanto às possíveis falhas no desenvolvimento deste trabalho.

A coordenadora do curso de Pós-graduação em Desenvolvimento Local – Mestrado Acadêmico, prof^a. Dra Cleonice Alexandre Lê Bourlegat, pela confiança em mim e pela dedicação ao curso e a instituição.

Ao amigo Marcos Evangelista, pelo companheirismo e empenho, ajudando-me de uma forma geral com seus conhecimentos, principalmente em informática.

Ao amigo Joel Marcos Coggo, pela dedicação em me ajudar na elaboração e formatação deste trabalho.

A instituição UCDB (Universidade Católica Dom Bosco), que, pela intercessão do padre Ângelo Sanches, me concedeu por um período, um desconto nas mensalidades.

Aos funcionários e colegas da Universidade Católica Dom Bosco, pela atenção, respeito e compreensão para comigo no decorrer do curso.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
CAPITULO 1 REFERENCIAL TEÓRICO	20
1.1 A COMUNIDADE, O DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO E A IMPORTÂNCIA DO VOLUNTARIADO	20
1.1.1 O processo no desenvolvimento comunitário	23
1.1.2 A função do voluntariado	24
1.2 ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE	24
1.3 DESENVOLVIMENTO LOCAL	25
1.3.1 Desenvolvimento no local	28
1.3.2 Desenvolvimento para o local	29
1.3.3 Local no sentido territorial	29
1.3.4 A força do desenvolvimento e a ordem local	30
1.3.5 O desenvolvimento humano: partindo de um novo paradigma	31
1.3.6 O Estado e seu papel	33
1.3.7 A globalização e o desenvolvimento Local	33
1.3.8 O desenvolvimento humano e as atuais políticas sociais	35
1.3.9 Promoção do desenvolvimento local em termos reais	38
1.3.10 Nova Era da economia	43
1.3.11 Patentes e investimentos	43
1.3.12 O Território	44
1.3.13 O Território e modernidade	45
1.3.14 Território e a atualidade	45

1.3.15	A territorialidade	47
1.4	POLITICA, ESPAÇO E RELIGIÃO	49
1.4.1	A igreja e sua política espacial	50
1.4.2	Espaços sagrados	52
1.4.3	O sagrado	52
1.4.4	Espaço Sagrado	55
CAPITULO 2 A COMUNIDADE RELIGIOSA CATÓLICA DA VILA PILOTO NO MUNICIPIO DE TRÊS LAGOAS/MS		57
2.1	A HISTÓRIA DOS SALESIANOS EM MATOGROSSO E MATOGROSSO DO SUL	59
2.1.1	Os salesianos em Três Lagoas	64
2.1.2	Contribuição dos salesianos no desenvolvimento regional	66
2.2	HISTÓRICO DA VILA PILOTO	68
CAPITULO 3 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS COLETADOS		79
CONSIDERAÇÕES FINAIS		91
REFERÊNCIAS		94
ANEXO		99

LISTA DE FOTOS

Foto 1	VISTA AÉREA DO BAIRRO DE VILA PILOTO	69
Foto 2	ATIVIDADES ESPORTIVAS (FUTEBOL)	70
Foto 3	PRÁTICAS ESPORTIVAS (CAPOEIRA)	71
Foto 4	OFICINA DE CORTE E COSTURA (CURSO)	71
Foto 5	OFICINA DE SERRALHERIA (CURSO)	72
Foto 6	RECICLAGEM DE LIXO – AÇÃO VOLUNTÁRIA PELO PROJETO VALORIZAÇÃO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	72
Foto 7	AÇÃO VOLUNTÁRIA: REFORÇO ESCOLAR. PROJETO VALORIZAÇÃO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	73
Foto 8	SOLEINIDADE DE ABERTURA DA GINCANA DO CENTRO JUVENIL – AÇÃO VOLUNTÁRIA: ORQUESTRA DE VIOLEIROS	73
Foto 9	SOLEINIDADE DE ABERTURA DA 1ª GINCANA JUNINA DO CENTRO JUVENIL DOM BOSCO REALIZADO COM A JUVENTUDE DA VILA PILOTO, PELOS JOVENS VOLUNTÁRIOS DA PARÓQUIA SANTO ANTONIO	74
Foto 10	BANDA ADORADORES DE DEUS, NUMA AÇÃO VOLUNTÁRIA NA PARÓQUIA SANTA LUZIA	74
Foto 11	IGREJA N. S^a. DE FÁTIMA DE VILA PILOTO	76
Foto 12	VISTA PARCIAL DO CENTRO JUVENIL EM CONSTRUÇÃO	77
Foto 13	CERIMÔNIA DO LANÇAMENTO DA PEDRA FUNDAMENTAL DO CENTRO JUVENIL DOM BOSCO	77
Foto 14	AÇÃO VOLUNTÁRIA: BANDA ADORADORES DE DEUS EVANGELIZANDO NO 18º HALLEL EM FRANCA/SP	78
Foto 15	IMAGEM DO CRISTO REDENTOR NA SAÍDA DE TRÊS LAGOAS PARA O ESTADO DE SÃO PAULO	78

LISTA DE GRÁFICOS – QUADROS - FIGURAS

Tabela 1	EXPORTAÇÕES INTERNACIONAIS – PAÍSES SELECIONADOS	42
Figura 1	MAPA DO BRASIL – LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE TRÊS LAGOAS	58
Gráfico 1	FAIXA ETÁRIA	80
Gráfico 2	GÊNERO	81
Gráfico 3	ESTADO CIVIL	81
Gráfico 4	PRIORIDADES E NECESSIDADES MAIS URGENTES PARA UMA MELHOR QUALIDADE DE VIDA NA COMUNIDADE DE VILA PILOTO	82
Gráfico 5	ENCAMINHAMENTO DAS NECESSIDADES LOCAIS	83
Gráfico 6	NECESSIDADE DO JOVEM DA COMUNIDADE	84
Gráfico 7	ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES	85
Gráfico 8	VOLUNTARIADO	86
Gráfico 9	O PORQUE DE SER VOLUNTÁRIO	87
Gráfico 10	QUAIS OS BENEFÍCIOS QUE O VOLUNTARIADO TROUXE A CADA UM, INDIVIDUALMENTE, E À COMUNIDADE?	88
Gráfico 11	QUE ESTRUTURA A IGREJA OFERECE PARA A PRÁTICA DO VOLUNTARIADO?	88
Gráfico 12	QUAIS AS PRÁTICAS EM QUE O VOLUNTARIADO E A IGREJA ESTÃO MAIS EMPENHADAS?	89
Gráfico 13	O QUE VOCÊ ACHA DO TRABALHO DOS VOLUNTÁRIOS NA COMUNIDADE DE VILA PILOTO E NO CENTRO JUVENIL?	90

A ciência é luz, a filosofia é trabalho. A religião é amor. A luz esclarece. O trabalho aperfeiçoa. O amor santifica. Com a ciência experimentamos. Com a filosofia concluimos. Com a religião edificamos. A luz sem trabalho e sem amor pode reduzir-se à beleza inútil. O trabalho sem amor e sem luz pode ser mera perturbação. O amor sem luz e sem trabalho pode converter-se em egoísmo fanático.

A ciência, por isso, é senda do progresso. A filosofia, por essa razão é estrada para o conhecimento. E a religião, por esse motivo, é caminho para a sublimação espiritual. A luz exalta a inteligência. O trabalho enriquece a razão. O amor diviniza o sentimento.

Façamos, pois, de nosso roteiro espiritualista, com Jesus Cristo, o templo vivo, em que a ciência seja cultuada, em que a filosofia se erga em altar de nosso respeito e em que a religião seja alimento de cada dia em nossos pensamentos, palavras e ações.

E, alicerçados nessa trilogia de valores universais, estejamos convictos de que faremos de nossa fé o santuário sublime que nos conduzirá do mundo renovado aos eternos braços de Deus.

EMMANUEL

(Psicografado 1978)

O voluntário como interlocutor da comunidade valoriza o ser humano, possibilitando o Desenvolvimento Local.

(Juscyo Mário Barbosa Martins/jun.2005)

RESUMO

A presente pesquisa visa manter os pressupostos do mestrado em Desenvolvimento Local inserido na comunidade da Vila Piloto no Município de Três Lagoas-MS, tendo em vista as prioridades e as necessidades que a própria comunidade local deseja para ter uma melhor qualidade de vida na comunidade. Um trabalho de base comunitária deve ocorrer de forma cooperada, procurar alternativas de Desenvolvimento Local. A formação de grupos de voluntariado pode se um caminho para resolver os problemas de ordem social tão visíveis na comunidade da Vila Piloto. Atualmente essa realidade vem sendo percebida através de manifestações que muitas vezes alteram a convivência da sociedade daquele local. Um trabalho sério com o objetivo de construir um futuro melhor, com justiça social é o caminho para a comunidade da Vila Piloto.

Palavras – chave: Desenvolvimento local, comunidade, voluntariado.

ABSTRACT

The present research aims to keep the purposes of the mastership in Local Development inserted in the community of Vila Piloto in the municipality of Três Lagoas – MS, having in mind the priorities and needs that the own local community wishes in order to have better quality of life. A community – based work must happen in this community, aiming to reach facilitative alternatives of local development. The formation of volunteer groups can be a way to solve the social problems, which are so evident in the community of Vila Piloto. Nowadays this reality has been noticed through manifestations, which, many times, alter the social living of that place. A serious work advised by solidary and responsible agents who are engaged goal the building of a better future with social justice, is the way which will allow the community of Vila Piloto to find solutions for their difficulties, enjoying the benefits that the local development will offer through the solidary cooperation networks.

Key words: local development, community, volunteer work.

INTRODUÇÃO

A temática apresentada tem em vista a preocupação com o desenvolvimento local da Vila Piloto¹ que apresenta necessidades urgentes quanto à qualidade de vida de muitas famílias onde há uma grande clientela de jovens, os quais muito em breve serão adultos, e nem sequer têm condições de acompanhar a avalanche de informações e a velocidade da tecnologia, já que não gozam de uma formação profissional básica ou nenhuma formação.

Este trabalho tem como eixo norteador os mecanismos do desenvolvimento local, para que a comunidade possa exercer sua cidadania com dignidade. Partindo dessa premissa, está espelhada a necessidade de um trabalho de base comunitária por meio de agentes e a de verificar quais os anseios da comunidade para que a mesma possa vislumbrar a cidadania plena dos jovens que vivem na localidade.

A revisão bibliográfica deve permear o presente estudo, identificando o que é necessário para se diagnosticar a situação vivenciada por jovens e

¹ VILA PILOTO – Bairro da periferia do município de Três Lagoas no Estado de Mato Grosso do Sul.

adultos na comunidade e o que eles realmente desejam fazer por si mesmos e pela comunidade.

Como a pesquisa busca aprofundar o conhecimento relativo da vida da comunidade, principalmente a do adolescente, que às vezes já faz parte do mundo das drogas, e a do jovem que busca seu primeiro emprego e sente-se marginalizado pela sociedade, o método usado é o qualitativo, uma vez que busca uma visão holística da realidade, investigando, processando e analisando os dados coletados, mensurando suas categorias e atributos tais como: hábitos, relação, ação, dor, atitude, prazer e preferências, entre outras variáveis.

Para os dados quantificáveis, foi elaborado um formulário e para coleta de outras informações (moradores da Vila Piloto) que se julgou pertinente, optou-se por entrevistas estruturadas, possibilitando um diálogo mais amplo e informal e um clima de descontração que visam mais qualidade nas informações.

Os dados coletados foram selecionados e organizados na intenção de analisar os elementos básicos, verificando sua inter-relação com o referencial teórico, a fim de buscar melhor compreensão da comunidade em questão.

Para a coleta de dados, em função da complexidade e profundidade do problema, utilizou-se:

- Método bibliográfico, estudo de livros, revistas jornais, publicações técnicas, relatórios e outros;
- Visitas a bibliotecas, órgãos governamentais, municipais, sindicatos e associações de classe;
- Uso de roteiros para entrevistas;
- Roteiro para discussão em grupo;
- Roteiro para observação;

- Uso de pequenas amostras (casos);
- Estudo de caráter exploratório;
- Entrevista pessoal;
- Aplicação de questionário estruturado;
- Tabulação dos dados, organização e sistematização dos dados coletados de modo racional para definir o processo de planejamento;
- Análise e interpretação dos dados correlacionados as variáveis, buscando conhecer o objeto de estudo.

Nesta perspectiva, o presente estudo busca analisar a Comunidade Religiosa da Vila Piloto no município de Três Lagoas, em Mato Grosso do Sul, por meio de um diagnóstico da realidade local, detectando lideranças e outros fatores de relevância, via ações dos agentes comunitários e traçar metas para o desenvolvimento local, com a participação efetiva da comunidade local na busca de alternativas visando uma melhor qualidade de vida dessa população.

Como todo trabalho comunitário envolve muitas pessoas, há necessidade de se realizar:

- Planejamento – que deve ter como pressuposto básico: a aplicação de análises – sistemática e racional – ao processo de desenvolvimento, buscando torná-lo mais eficiente e passível de responder com maior precisão às necessidades e aos objetivos da sociedade.
- Participação, em um processo de mobilização social, é ao mesmo tempo meta e meio. Portanto, não se deve falar de participação apenas como pressuposto, como condição intrínseca e essencial de um processo de mobilização. Ela de fato o é. Mas ela deve crescer em abrangência e profundidade ao longo do processo, o que faz destas duas qualidades, abrangência e profundidade, um resultado desejado e esperado.

- Avaliação, quando há diagnose precisa estar presente, em se tratando de um processo que visa colher dados no sentido de detectar pontos positivos, desvios e disfunções, sendo este momento importante para o sucesso do planejamento e execução de todas as tarefas.

Outro fator considerável da pesquisa é formar cidadãos, isto é, pessoas capazes de criar e fundar, com os outros, situações desejáveis para todos, empenhando-se para criar espaços para o exercício pleno da cidadania. Como a participação é uma aprendizagem, é preciso aprender, entender, decidir e agir para alcançar os objetivos propostos; e, depois, ser capaz de construir e viabilizar soluções para outros problemas, como a preservação do meio ambiente ou a melhoria do trânsito. É possível, ainda, articular-se com outros grupos para desafios maiores, com soluções e idéias para combater a violência, o uso e o tráfico de drogas, o desemprego, etc, aprendendo a conversar, decidir e agir coletivamente, por meio da confiança, capacidade de gerar e viabilizar soluções para os problemas da comunidade, fundamentos para a construção de uma sociedade com identidade e autonomia.

Neste contexto, o objetivo geral deste estudo é diagnosticar, juntamente com a população local, as necessidades da comunidade da Vila Piloto, além de verificar se a mesma possui alternativas de desenvolvimento local. Quanto aos objetivos específicos, destacam-se:

- Identificar, juntamente com os atores da comunidade, as necessidades mais urgentes para o desenvolvimento da comunidade da Vila Piloto;
- Envolver o maior número de pessoas na proposta de trabalho;
- Envolver mães, jovens e crianças em atividades religiosas, de lazer e desportivas;
- Contatar e envolver lideranças políticas para atendimento dos problemas pertencentes ao poder público;
- Considerar a participação de todos como uma necessidade para o desenvolvimento local.

Deste modo, no decorrer do trabalho, será respondida a seguinte pergunta: A comunidade local da Vila Piloto tem predisposição para desenvolver alternativas de Desenvolvimento Local?

Após a sensibilização da comunidade da Vila Piloto, os agentes poderão, junto a ela, propor alternativas de Desenvolvimento Local a fim de melhorar a qualidade de vida da população local, por meio de:

- Formação de grupos de estudos, quanto aos problemas de: saúde, educação, conscientização da preservação ambiental, lazer e outros;
- Desenvolvimento de ações de entidades e lideranças políticas e religiosas na solução dos problemas levantados.

A proposta metodológica e as técnicas de trabalho apresentadas têm como um dos objetivos propiciar o diagnóstico da situação da Comunidade Religiosa da Vila Piloto, com a finalidade de subsidiar informações referentes aos problemas existentes naquela comunidade.

A pesquisa foi realizada em três momentos distintos, sendo:

1º Momento – Revisão bibliográfica sobre Desenvolvimento Local, comunidade, religiosos e outros.

2º Momento – Coleta de dados na documentação existente no acervo da paróquia onde a comunidade está inserida.

O diagnóstico foi realizado através de fontes primárias com a finalidade de coletar informações prévias sobre a comunidade. Averiguar o envolvimento dos órgãos competentes quer seja, Estadual, Municipal ou entidades não governamentais nas ações junto à comunidade em tela.

3º Momento – Realização de pesquisa *in loco*:

- Observação mais direta dos fatos e dos registros para análise dos pontos mais emergentes e dos pontos a serem estudados a longo prazo. Nesse momento foram levantados também os possíveis envolvidos no processo:
- Cristãos leigos;
- Religiosos (sacerdotes);
- Grupos religiosos vinculados à comunidade da Vila Piloto e outros.

O estudo está dividido em capítulos, assim dimensionados:

- O primeiro capítulo apresenta a conceituação de comunidade e os trabalhos realizados pelos grupos de voluntários, o processo de desenvolvimento comunitário, a organização da sociedade bem como suas intenções no desenvolvimento local e a sua definição, a força do desenvolvimento local para a resolução de problemas de ordem econômica, social e ambiental. Trata ainda da globalização em termos gerais, com ênfase para o desenvolvimento humano e para as novas políticas sociais em escalas globais. Enfoca, ainda, o território, a política, o espaço e a religião.
- O segundo capítulo apresenta um estudo do local pesquisado (bairro de Vila Piloto – Três Lagoas/MS), partindo de um histórico abrangente do município de Três Lagoas, a participação da comunidade salesiana presente na cidade desde 1924. Retrata, também, o município de Três Lagoas no contexto atual, seu desenvolvimento industrial, a geração de empregos, o comércio; enfoca o desequilíbrio social gerado pelo rápido crescimento e o fluxo migratório instantâneo. O histórico da Vila Piloto ilustra a pesquisa quando retrata as atividades desportivas, artístico-culturais e de formação humana cristã e profissionalizante.

- O terceiro estudo é uma análise interpretativa dos dados coletados, em que são ilustradas questões importantes das necessidades locais, como a participação do trabalho voluntário.
- As considerações finais enfocam o homem moderno, a necessidade de sentir-se como atores e beneficiários de um processo de melhoramento gradual e sustentado.

CAPITULO 1 REFERENCIAL TEÓRICO

1.1 A COMUNIDADE, O DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO E A IMPORTÂNCIA DO VOLUNTARIADO.

Conceituar comunidade é algo um tanto complexo devido à existência de vários pensamentos quanto ao assunto. Para alguns autores, comunidade significa todas as pessoas numa determinada área geográfica; para Stewart (1987, p.89), “comunidade é a sociedade de muitas pessoas em comum; cooperação religiosa”.

Por ser uma grande sociedade, há necessidade, também, de uma série de atendimentos, de pessoas que trabalham em comunidade e daquelas que orientam com as mais diversas habilidades.

Geralmente, os trabalhos comunitários mais bem sucedidos são executados por voluntários. Formar grupos voluntários é uma necessidade para o desenvolvimento da comunidade. Atualmente existem programas de “voluntários comunitários” com excelentes resultados.

As lideranças religiosas devem estar preocupadas com a formação de grupos voluntários para desenvolver e assistir os trabalhos sociais necessários para o desenvolvimento local.

Em toda comunidade há carências, principalmente na área educacional, na qual há falta de informação quanto à higiene, à saúde, ao meio ambiente, às drogas, ao abuso sexual e a tantos outros fatores que dependem de muita orientação, acompanhamento, encaminhamento.

Para formar grupos de voluntários e pensar no bem-estar da comunidade local, deve haver critérios e organização. Os voluntários devem ser de diversas idades, desde estudantes até aposentados, com formações diferentes, devem estar motivados, preocupados com o pensamento social científico necessário à atenção no campo das relações humanas.

Quanto ao número de participantes do grupo de voluntários do desenvolvimento da comunidade, deve aceitar sua área de atividade que pode ser uma quadra, um bairro, um distrito ou outro. Se a definição estrutural é aceita, a resposta tende a ser rígida quanto ao número específico de pessoas ou quanto ao território fixo. Se a definição funcional é utilizada, o número e o tamanho dependerão de como o voluntário da comunidade desempenha seu papel.

O número de pessoas que pode conseguir um sentido de comunidade depende dos grupos de pessoas que sejam persuadidas a formar uma associação ativa. O tamanho da área servida é fixada pela resposta que as pessoas dão ao esforço do voluntário para obter a sua confiança e amizade.

Ao auxiliar as pessoas na criação de um núcleo maior, o voluntário do desenvolvimento da comunidade as ajuda a descobrir, por si mesmas, áreas de interesse comunitário. A área geográfica associada a grupo básico é menor em relação àquela de um núcleo maior, mais extensa.

No início do processo, a comunidade é definida pelas próprias pessoas em dois níveis quanto ao tamanho. Os primeiros grupos formados podem reunir-se com outros grupos de áreas vizinhas ou distantes, criando, assim, entidades maiores, mais representativas, que darão atenção a problemas de larga envergadura, que estão além das possibilidades dos núcleos básicos.

O sentido de comunidade não é estático. Começa com um pequeno grupo, servindo a uma área limitada, e se expande à medida que a experiência das pessoas envolvidas tende a induzi-las a pensar em termos mais amplos.

Os voluntários não profissionais podem conviver com as pessoas no estágio inicial da criação da comunidade, e ter a oportunidade de iniciar processos que os tornam aptos a aumentar a autoconfiança. Não descobrem somente o interesse da comunidade; descobrem também que podem obter seu reconhecimento, juntamente com outros, para influenciar as decisões menores e, mais tarde, as grandes decisões de importância para o público.

Para Biddle (1969, p.77):

O processo que os voluntários podem ajudar os cidadãos a começar é conhecido como desenvolvimento da comunidade. Definido esse termo como um processo social pelo qual os seres humanos podem se tornar aptos a viver melhor e a obter maior controle sobre os aspectos locais de um mundo em constantes mudanças e cheio de frustrações.

Pelo fato de focalizar mudanças na vida das pessoas através do desenvolvimento de maior técnica para lidar com os problemas que ameaçam o bem comum, este é um processo considerado educativo.

1.1.1 O Processo no Desenvolvimento Comunitário

O processo de desenvolvimento social pode ter muitas denominações como: ação comunitária, desenvolvimento da liderança, educação comunitária ou planejamento social.

De acordo com Biddle (1969, p.79):

Processo refere-se a uma progressão de acontecimentos que é planejada pelos participantes a fim de servir aos objetivos que escolheram progressivamente. Os acontecimentos nunca se dão numa seqüência fixa; o padrão de desenvolvimento é sempre original para cada grupo, e em localidade específica.

Um voluntário é um privilegiado por contribuir para certos estágios do processo e por observá-los, o voluntário deve conhecer o processo desde o início para acompanhar o desenvolvimento de todos os acontecimentos. Deve ser consciente dos valores admitidos pela população e por ele próprio, já que, espera ajudar as pessoas a iniciarem um processo normativo de desenvolvimento. Todos os voluntários do desenvolvimento da comunidade intervêm na vida das pessoas.

1.1.2 A Função do Voluntariado

O voluntário pode também ser chamado de animador, tendo papel mais explícito no decorrer do trabalho. Quando este torna-se animador, ele lida principalmente com pessoas, com organizações, forças sociais e comunidades, na medida em que essas entidades sociais influenciam no desenvolvimento do homem comum. Sua preocupação para com as pessoas e seu relacionamento íntimo com elas é parte de sua posição vantajosa, como amador e animador não-profissional.

O papel *sui-generis* do animador se torna possível quando a pessoa que trabalha no desenvolvimento da comunidade desiste de agir como o detentor do saber. O animador não deve agir como médico, enfermeiro ou outro profissional, sua função é de contribuir auxiliando, aconselhando e encaminhando as pessoas que necessitam de serviços especializados, e sugerindo que a própria comunidade possa criar alternativas para um melhor desenvolvimento social, econômico e político.

1.2 A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE

Na definição de Biddle (1969, p.29), a expressão “Organização da Comunidade” tem uma conotação importante, pelo menos:

A primeira é inerente ao Serviço Social, geralmente financiada pelas Caixas Comuns. Tendo sido ampliado esse significado de acordo com a modernidade nos moldes de inclusão como entidades de bem-estar social financiado pelos cofres públicos, organizações cívicas e mesmo igrejas e outras associações voluntárias.

Atualmente, a expressão Organização da Comunidade é usada para caracterizar a criação de associações, particularmente por motivos políticos. Frequentemente, os menos favorecidos são mobilizados no ataque à estrutura do poder local. O objetivo é mais organizativo e menos desenvolvimentista.

Diante desse quadro, um animador deve examinar com cuidado suas intenções, principalmente, se os seus objetivos são voltados para o bem da organização. É fácil deslizar para a manipulação de pessoas por outras causas política ou noutras causas. Mas, se suas intenções visarem principalmente ao desenvolvimento, é mais provável que ajude as pessoas a se tornarem conscientes de suas necessidades e a estimularem suas possibilidades de solucionar os problemas de sua maneira. Sendo assim, elas criarão as organizações de que necessitam.

1.3 DESENVOLVIMENTO LOCAL

O desenvolvimento local se reduz a um canal de extensão das prerrogativas básicas do desenvolvimento, o qual já é atuante nas zonas de desenvolvimento e nas zonas desenvolvidas, às zonas periféricas, carentes ou pobres de determinado país desenvolvido. Isso se resolve pelo menos em termos de amenização da injustiça social referente a emprego, salário e participativo aproveitamento dos potenciais locais como geradores de renda e bem-estar social nas comunidades visadas, até porque, outras esferas,

sobretudo do governo (federal, estadual e municipal), normalmente já estão aptos a cuidarem, quando ainda não existentes, das infra-estruturas físicas, bem como da assistência à saúde, ao lazer e a similares.

O desenvolvimento local pode ser feito gradativamente por qualquer comunidade, desde que em regime democrático, e sensibilizar-se, mobilizar-se e organizar-se para que haja uma cooperação de seu próprio bem-estar de base, como o desenvolvimento da auto-estima, o cultivo da autoconfiança e o tornar-se capaz, hábil e competente para suas próprias alternativas de rumos sócio-pessoais futuros quanto a soluções de problemas, no seu âmbito ou fora dele, partindo, sempre, daquilo que estiver ao alcance, do mais simples para o mais complexo.

Essas competências, como capacidade, habilidade e aptidão, uma vez empregadas na comunidade específica ou no país como um todo, terminam influenciando a favor do mais justo equilíbrio entre os atuais mundos subdesenvolvidos e desenvolvidos, ao menos em perspectiva de longo prazo, orientando a comunidade envolvida a iniciar, paulatinamente, o rompimento com o círculo vicioso de dependência assistencialista, que alimenta e gera a “Cultura da Pobreza”. Em contrapartida, a comunidade torna-se preparada para interagir e para negociar com as instâncias externas em relação àquilo que lhe convém, ou não.

O termo “desenvolvimento” é demonstrado por Verhelst (1992, p.86), da seguinte forma:

O termo desenvolvimento tem sido associado à noção de progresso material e de modernização tecnológica, já teria funcionado como “Cavalo de Tróia”, que, vestido de sedução do progresso, teria carregado em seu interior o domínio e a imposição culturais que desequilibram e abalam as sociedades. É, pois, certo que a história do desenvolvimento, na qual invariavelmente se atribui importância

secundária à dimensão cultural, estão presentes mentalidades etnocêntricas, evolutivas e racionalistas.

Muitas são as definições de desenvolvimento e de desenvolvimento local. Para Rozas (1998, p.48):

Desenvolvimento local é a organização comunitária em torno de um planeamento para o desenvolvimento, por uma perspectiva de construção social, constituindo assim em um instrumento fundamental, de carácter orientador e condutor, de superação da pobreza.

Não se trata de buscar o atendimento às carências materiais, mas a identificação e a promoção das qualidades, capacidades e competências existentes na comunidade e no lugar. Mas a superação, mesmo das piores manifestações da pobreza na atualidade, requer igualmente uma revisão de conceitos e, sobretudo, de postura.

Para o grupo de estudos coordenado por Vicente Fidelis de Ávila (2001, p.75), na sua conclusão sobre Desenvolvimento Local:

O verdadeiro Desenvolvimento Local implica a formação e educação da própria comunidade em matéria de cultura, capacidades, competências e habilidades que permitam a ela mesma, evidentemente com a ajuda de todos os agentes e fatores externos – e não o inverso: agencie e gerencie todo o processo de desenvolvimento da respectiva localidade [...]

Ainda caracterizando sua conclusão, o grupo de estudos coordenado por Ávila (2001, p.75), reitera que:

O Desenvolvimento Local só se configurará como autêntico se resultar dos dinamismos e ritmos do progresso cultural da comunidade que cobre a localidade a que se refere, inclusive no que

respeita, a saber, como discernir e implementar o sadio desenvolvimento que se compatibilize com suas peculiaridades e catalise suas potencialidades.

Para Merighi (2004, p.28):

O desenvolvimento local, muitas vezes, é sugerido como processo de experiências desencadeadoras a partir de múltiplas iniciativas. No entanto, estes processos formam idéias que se focam no desdobramento de acúmulos, visualizando arranjos progressivos no território, em vez de arranjos pré-moldados.

Ressalta Silveira et alii, (2001, p.24), que:

O campo de fomento ao desenvolvimento local, na sua expressão institucional hoje no Brasil, é predominante um complexo de fundamentos e métodos voltados para o desencadeamento de processos: as metodologias se definem como indução ou apoio na própria intencionalidade que as caracteriza, sua implementação não é em si o desenvolvimento local, mas um fator impulsionador, um fator visto como necessário.

1.3.1 Desenvolvimento no Local

Ao caracterizar o Desenvolvimento no Local, Ávila (2001, p.19) assim relata:

Desenvolvimento no Local (DNL) se refere a um empreendimento ou uma iniciativa a que se atribui a qualificação de desenvolvimento, porque pode gerar emprego e expectativas de arrecadação de impostos e circulação de bens e dinheiro, mas que, na verdade, tem o local apenas como sede física. Ficando no local enquanto o lucro for baixo, empresarialmente falando, ou vai embora, deixando o local, seus destroços-fantasmas, por muitos e graves problemas ambientais, frustrando a comunidade.

O modelo brasileiro de implantação de parques industriais, e como os de indústrias isoladas, a partir da década de 40, vem fazendo com que as populações dos centros mais avançados do país paguem muito caro por esse tipo de desenvolvimento em termos de ar, água, solo e saúde de modo em geral, de qualidade de vida.

Estas iniciativas não são Desenvolvimento Local e podem transformar justamente em problemas contrários ao autêntico “Desenvolvimento Local”.

Para Freitas (2000, p.99):

O território enquanto propriedade da pessoa comporta uma apropriação e uma identidade pessoal e social. A cultura organizacional amplia a idéia de território, vinculando-o não à unidade onde o sujeito trabalha, mas à empresa total, potente e onipotente, espalhada pelos quatro cantos da terra.

1.3.2 Desenvolvimento para o Local

Quanto ao Desenvolvimento para o Local (DPL), Ávila (2001, p.24), disserta que:

O Desenvolvimento para o Local (DPL), se refere à idéia de “desenvolvimento” que, além de situar no local como sede física, gera atividades e efeitos benéficos à comunidade e aos ecossistemas locais, brota das instâncias promotoras, vai aos locais-comunidades, mas volta às instâncias promotoras em termos de consecução de suas próprias finalidades institucionais que do real, endógeno e permanente desenvolvimento das comunidades-localidade visadas. A grande maioria dos projetos, programas e atividades desenvolvimentistas propostos ou realizadas por organismos nacionais ou internacionais, públicos ou privados, tem-se conotados como “Desenvolvimento Para o Local (DPL)” bem como os de caráter político-eleitoral,

assistencialista, promocionalistas e filantrópicos, de modo geral, pensado e postos em prática por pessoas/entidades interesseiras, ora simplesmente abnegadas e ate especializadas em assistência/promoção humano/ambiental.

1.3.3 Local no sentido territorial

Local no sentido territorial vem do latim *territorium*, que significa terreno mais ou menos extenso, mas existem outras definições quando se tratar das inter-relações humanas.

Segundo Martin (1999, p.176):

Quando se fala do “local”, está se referindo à escala das inter-relações pessoais, da vida cotidiana, que sobre uma base territorial constroem sua identidade. O lugar é esta base territorial, o cenário de representações e de prática humana que são o cerne de sua singularidade; o “espaço da convivência humana”, onde se localizam os desafios e as potencialidades do desenvolvimento.

É fundamental observar que o território adquire um destacado papel enquanto condição e fator de desenvolvimento, qualquer que seja a comunidade considerada.

Gonzalez (1998, p.122) enfatiza que: “Não se trata, portanto, de mero suporte das ações humanas, mas de um agente que, de acordo com suas

potencialidades e limitações, pode favorecer ou dificultar o desenvolvimento”.

Como este é o conceito de território enquanto meio inovador, na medida em que é considerado fator, não é apenas *locus* da inovação, isto é, do pensamento criativo que, na forma de empreendedorismo, planejado e de ações, se volta para a solução de problemas sociais, econômicos e ambientais.

1.3.4 A Força de Desenvolvimento e a Ordem Local

Para Bourlegat a força do desenvolvimento e a ordem local são assim expostos:

De fato, num universo de eventos contingentes, é no lugar que acontecem as oportunidades de criação de novas ordens ou a probabilidade de ameaças. Nesse sentido, é hoje preciso avaliar o lugar, tanto em função de sua própria ordem interna como de sua combinação dialética com as informações de origem externa. Assim, o lugar atual, cada vez mais integrado ao mundo globalizado, deve ser avaliado sob duas óticas, ou seja, de dentro para fora e de fora para dentro. SANTOS 1995, p.31, apud BOURLEGAT, 2004).

Bourlegat ainda enfatiza:

O lugar é o plano vivido. É a escala territorial passível de ser percebida, vivida, conhecida e reconhecida, através do uso direto dos sentidos do corpo físico. Pode ser o bairro, a praça, a rua, o condomínio, o lugar rural, desde que possibilitem o encontro coletivo e relações de afetividade. O lugar, em si mesmo, é suporte material para o ser humano existir (morar, produzir, circular, amar, conflitar-se com outro) e

fonte de recursos naturais vitais. Nele, o trabalho resulta em materialidade no espaço social, ou seja, construindo (apud, LÊ BOURLEGAT p.17).

O lugar, portanto, é onde a vida se desenvolve em todas suas dimensões. Assim, a ordem interna construída no lugar, tecida pela história e pela cultura, produz a identidade.

Para Bourlegat, (2004, p.18):

O momento criativo da consciência emerge quando os indivíduos conseguem interpretar as raízes no lugar, nascida das relações profundas entre o homem e seu meio, para voltar-se a mudanças capazes de garantir a integridade coletiva.

1.3.5 O Desenvolvimento Humano: Partindo de Um Novo Paradigma

Coraggio (1996, p.39-40), em explanação sobre o Desenvolvimento Humano;

De acordo com os informes de Desenvolvimento Humano, vem sendo proposta e revista, através de diálogo, uma nova filosofia social, um sistema de valores e certas linhas de política orientadas pelo conceito central de Desenvolvimento Humano (D.H.), que tentam devolver às Organizações das Nações Unidas (ONU), a influencia intelectual que teve nas décadas de 50 e 60 com paradigma do desenvolvimento econômico.

E Coraggio (1996, p.40) ainda acrescenta que;

Em princípio, o D.H. foi definido como o processo de ampliação do campo de escolhas da assistência médica, renda e emprego, cobrindo o aspecto completo das escolhas humanas, desde um meio-

ambiente físico saudável até as liberdades econômicas e humanas. Sua principal regra é o investimento nas pessoas: o capital humano.

O autor ainda esclarece que:

[...] o D.H. preocupa-se tanto com o desenvolvimento das capacidades humanas como com sua utilização produtiva, não de um enfoque setorial (educação, saúde ou outros serviços sociais), mas de um desenvolvimento das pessoas e pelas pessoas. Coraggio, (1996, p.40).

E quanto às definições de Desenvolvimento Humano, Coraggio (1996, p.41) esclarece:

[...] D.H. não começa com nenhum modelo pré-determinado. Inspira-se nos objetivos a longo prazo de uma sociedade. Objetivos estes que cada sociedade estabelecerá entra em contradição com a definição de linhas específicas de políticas com uma pretensa validade universal, recorrendo com isso à dois mecanismos usuais no trabalho intelectual:

Justificam-se as políticas propostas em termos do destino coletivo da totalidade social, neste caso a sociedade global, confiando em que os valores que inspiram essas políticas e a lógica do arrazoamento terminarão por convencer agentes sociais e políticos de que as adotem;

Para conectar-se com a *intelligentsia* internacional, elabora-se uma informação estatística que mostra aparentes homogeneidades e regularidades entre sociedades muito diversas, formulando um quadro para avaliar comparativamente a eficácia das ações propostas.

1.3.6 O Estado e seu Papel

Quando se trata de destinar recursos, a autonomia dos Órgãos Internacionais quanto aos governos doadores é limitada, chegando a que o Estado seja de países industrializados ou em desenvolvimento, continua sendo um ator principal nesta proposta. (PNUD, 1993)

Em uma ocasião marcada pela globalização, as urgências de governo mundial deverão logicamente assumir maior distinção. Como consequência, o conceito de autodeterminação nacional deverá ser redefinido, enquanto os processos básicos da economia passam a estar cada vez mais determinados em escala mundial. Encarregando das necessidades específicas de cada setor ou região, parece requerer instâncias mais próximas à sociedade: um Estado descentralizado ou organizações da mesma sociedade civil. Isto traz a questão das mediações entre múltiplas comunidades humanas e o poder: o problema da representação e da legitimidade do poder social.

Coraggio (1996, p.48) enfatiza:

Desse ponto de vista, já não cabe mais do topo, mas das bases da sociedade mundial, cabe preocupar-se com a possibilidade de que, com as melhores intenções, as políticas sociais sejam delineadas e implementadas por instâncias supra e subnacionais, enquanto a instância cujos mecanismos de legitimação e participação foram mais explorados, o Estado nacional ficaria debilitado, limitado a facilitar um entorno adequado para a atividade privada.

1.3.7 A Globalização e o Desenvolvimento Local

O desenvolvimento local pode ser visto de diferentes pontos de vista. Alguns sob o aspecto do desenvolvimento econômico, outros quanto aos aspectos competitivos, dependendo de regiões ou das comunidades, voltando-se mais para as questões financeiras, tributárias e geração de receitas. A globalização vem ao contrário, com o objetivo de reforçar a importância do desenvolvimento local, visando a criação da formação de identidades e de diferenciação entre as regiões e comunidades, para que se possa enfrentar um mundo de extrema competitividade.

Esse ponto de vista econômico busca estratégias que tornam as comunidades, regiões e países, mais competitivos dentro do contexto globalizado.

Ao se tratar de diferenciação, estão inclusas a competição e as desigualdades, por isso, é muito importante oferecer melhores condições para atrair bons investimentos. Essa é a visão mais extrema de desenvolvimento local, dando ênfase à questão do crescimento econômico, independente da criação ou não de maiores desigualdades sociais. Assim, poder, capacitação e conhecimento, continuarão e, conseqüentemente, a renda, cada vez mais, tenderá a ficar na mão de poucos, com desigualdades cada vez maiores.

Deste modo, é possível pensar no desenvolvimento num contexto local, reforçando as preocupações com os aspectos sociais. Outras visões, menos extremistas, ainda enfatizam o desenvolvimento econômico sem questionar o padrão atual de desenvolvimento em termos subjetivos. Neste contexto, reforça-se a relevância da globalização na realidade atual, cobrando ajustes estruturais na economia e nas organizações, para adaptar ao novo contexto globalizado.

Na afirmação de Franco (2000, p.38):

Atualmente cresce a convicção de que é preciso brotar a ação cidadã da coletividade em que vivem os excluídos sociais, estabelecendo-se espaços ético-políticos alternativos de desenvolvimento local, compatíveis com a realidade dos seres

humanos envolvidos, de forma a efetuar os laços de solidariedade que podem promover suas vidas.

1.3.8 O Desenvolvimento Humano e as Atuais Políticas Sociais

Como consequência da dívida externa que afeta as políticas compensadoras focalizadas principalmente nas camadas mais pobres, as novas políticas denominadas de ajuste estrutural foram impostas aos governos da América Latina por meio de dupla condicionalidade de créditos do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial (BM). Quando essas políticas foram experimentadas na região tiveram de sofrer adaptações como consequência de seus efeitos sociais regressivos.

Para Stewart (1987, p.31), houve um hiato quanto a esses efeitos como relata:

Na década de 80, quase não se prestou atenção ao problema específico dos pobres, enquanto muitas das políticas propostas (embora de algum modo, provavelmente, necessárias) gravitaram de forma adversa sobre eles. No entanto, na segunda metade da década houve uma mudança significativa na atitude das instituições financeiras internacionais, e o bem-estar dos pobres durante o ajuste passou a ser objeto explícito de preocupação.

Mesmo que o FMI não tenha mudado o sentido de seus programas, o Banco Mundial incluiu em suas recomendações algumas ações dirigidas à compensação dos efeitos negativos apresentados pelo reajuste sobre determinados grupos (Ex: planos de construção de obras públicas para reduzir o desemprego, fundos de alimentação de mulheres grávidas e crianças, direcionamento do gasto social e subsídios específicos para alimentos), desempenhando um papel importante nas agências da ONU como o PNUD,

Unesco e o Unicef. (CORNIA, *et.al.*, *Ajuste com rosto humano*, 1987: apud JOLLY, 1991)

Contudo, durante o período de 1986-1988, o elemento central das políticas do Banco Mundial, vinculadas às dimensões sociais do ajuste, foi a redistribuição de um gasto social decrescente, mediante uma série de medidas cujo efeito sobre os setores pobres não foi ainda avaliado: impostos diretos ao consumo, redução de subsídios para a agricultura e indústria, redestinação para os setores sociais (saúde, educação, subsídios de alimentos) do gasto público remanescente (em alguns países até 40% do gasto fiscal continua sendo dedicado ao pagamento dos juros da dívida externa).

Por isso, os dados,

[...] corroboram que as instituições financeiras internacionais operaram com eficiência como organismos arrecadadores da dívida. Se tomarmos o conjunto de países, o gasto em saúde e educação como proporção do PNB, diminuiu em dez e aumentou apenas em cinco. Visto que na maioria dos casos esta diminuição aplicou-se a uma renda *per capita* menor, o efeito líquido foi uma queda substancial do gasto real *per capita* em saúde e educação. (STEWART, 1987)

A partir de 1989, e associado com o informe sobre a pobreza, do Banco Mundial, Poverly (1990, p.108) acrescenta:

A ênfase alterou-se prestando agora menos atenção aos novos pobres e mais à medida como os programas de nutrição e fundos especiais destinados a beneficiar os pobres em geral, significando focalizar os programas nos mais pobres, em condições de recursos decrescentes. (in PNUD, 1990)

No contexto dos programas de ajuste estrutural, a focalização do gasto social na pobreza era, no melhor dos casos, ambígua, deixando de ser uma

intervenção para compensar os efeitos sociais da crise do ajuste. No entanto, mesmo fundamentando-se na preocupação pelos mais pobres, não pretendiam atacar as causas da pobreza.

Agências focalizadas, como o Unicef, detectaram a necessidade de um “ajuste com rosto humano”, mediante a ação em favor dos grupos mais vulneráveis (CORNIA, 1993). Mas era necessária uma fundamentação não apenas moral, mas também econômica. A pobreza adquiriu uma nova centralidade no discurso quando o Banco Mundial difundiu seu informe de 1990, no qual se propõe que:

[...] um progresso rápido e politicamente sustentável com respeito à pobreza pode ser alcançado mediante uma estratégia que engloba dois elementos igualmente importantes. O primeiro é promover o uso produtivo do recurso mais abundante dos pobres: o trabalho. Isto requer políticas que canalizem (*harness*) os incentivos de mercado, as instituições sociais e políticas, a infra-estrutura e a tecnologia para tal finalidade. O segundo é prover serviços sociais básicos aos pobres. Atenção básica da saúde, planejamento familiar, nutrição e educação básica fundamental são especialmente importantes. (BANCO MUNDIAL, *World Development Report. et. al.* POVERLY, 1990)

De acordo com o Banco Mundial, não se produz um dilema entre crescimento e redução de pobreza, visto que a passagem de um padrão de desenvolvimento de um trabalho intensivo, eficiente e o investimento no capital humano dos pobres contribuiu para um célere crescimento em logo prazo. Por outro lado, o conflito em curto prazo seria “[...] entre os interesses dos pobres e dos não-pobres”.

1.3.9 Promoção do Desenvolvimento Local em termos reais

O termo globalização tem sido amplamente empregado pelos cientistas sociais.

Para alguns estudiosos, como Lemos (2000, p.8):

Globalização é um processo universal e antigo de uniformização ou unificação ou, ainda padronização de métodos, processos, entendimentos, conceitos que tiveram início, conforme os mais antigos registros históricos, na Babilônia espalhando-se para a Ásia Menor e toda a Europa e que, na atualidade, os modernos meios de comunicação levam, a uma velocidade espantosa, a todos os seres do planeta.

A globalização tem por características alcançar, dentro do contexto da competição, melhores resultados em menor tempo e com menores custos.

Na verdade é o “SUMMUM BONUM”, é a busca do resultado ideal da criação, circulação de bens ou serviços, e do bem-estar geral. É uma poderosa força impulsionadora do mundo em direção a uma convergência para a uniformização, alterando conceitos de fronteiras e de soberania, transformando inimigos tradicionais em parceiros, tais como os USA X Japão, vários países da Europa no campo da União Européia, o Brasil, Paraguai e Uruguai unidos no MERCOSUL.

Esta uniformização é carro chefe de todas as transformações políticas, científicas e sociais, é o que levou o homem que foi ao mar para pescar, em função dos interesses econômicos, a enfrentar os perigos dos oceanos. Ela está a transformar o mundo de “multinacional” para o “mundo global”, onde os povos empobrecidos ou isolados estão ansiosos para usufruir os atrativos da modernidade.

Dizer qual é a melhor estratégia não é mais uma questão de opinião, mas de necessidade, uma vez que as comunicações em âmbito mundial levam a toda parte as possibilidades modernas de aperfeiçoamento, para tornar mais fácil o trabalho, aumentar o padrão de vida e proporcionar o entretenimento. As necessidades do mundo se homogenizam irrevogavelmente, fazendo com que a corporação multinacional fique absoluta.

O processo de globalização inclui uma renovação nas instâncias políticas de âmbito mundial, como é o caso do sistema da Organização das Nações Unidas (ONU). Uma preocupação central daqueles que pensam em termos de uma ordem e um “governo mundial” democrático é a de como evitar que a globalização gere mais empobrecimento e exclusão, o que afetaria as possibilidades de uma paz mundial que poderiam dar estabilidade e sustentação às tendências mais positivas em curso.

Em resposta a essa questão, da parte de alguns da Organização Internacional, surgiu um novo paradigma: o Desenvolvimento Humano (DH). Da mesma forma como aconteceu com o paradigma do Desenvolvimento Econômico, esta resposta poderia levar à uniformização, em nível mundial, de esquemas conceituais, sistemas de informação e políticas.

Para Coraggio (1996, p.23), citando o PNUD:

De acordo com esses novos indicadores, resultantes da combinação de índices de educação, saúde, expectativas de vida e rendas – as décadas perdidas para o desenvolvimento econômico podem ser agora vistas como décadas ganhas para o Desenvolvimento Humano, e dessa perspectiva, a América Latina seria uma das regiões beneficiadas. (PNUD, 1993, p.23).

No tocante a outros indicadores quantitativos de Desenvolvimento Humano, (como expectativa de vida ao nascer e níveis educacionais), a região, em seu conjunto, localiza-se de maneira similar ou até melhor com respeito a outras (PNUD, 1993). Como consequência, as metas universais uniformes de DH propostas para o ano 2000 estariam mais próximas na América Latina do que em outras regiões em desenvolvimento.

Entretanto, para quem propõe metas e destina recursos em nível mundial, isso significa que completá-las na América Latina requer chegar aos mais inacessíveis, aos ainda não-alcançados com as políticas sociais. Como consequência, seria fácil atingir uma melhoria nos indicadores globais de Desenvolvimento Humano investindo em outras regiões em pior situação.

Sua situação relativamente melhor em termos de desenvolvimento econômico permite argumentar que a América Latina, mais que solicitar um argumento da ajuda externa, deve re-dirigir parte de suas próprias receitas religados ou ainda, apelar ao crédito de desenvolvimento reembolsável como via de acesso a novos recursos.

Coraggio (1996, p.25) salienta que:

Ora alternativa á atrair investimentos externos diretos, adaptando as políticas, instituições e sociedade para poder competir pelo capital mundial com outras regiões do mundo. Na mesma linha pode-se argumentar que a principal “ajuda” que se pode oferecer à América Latina é a redução da proteção dos mercados dos países industriais.

Em se tratando de desenvolvimento local, não se objetiva definitivamente o que se pretende.

Para Franco (2000, p.40), isto é mais evidente, já que:

Ainda não se sabe exatamente o que se pretende quando se fala em desenvolvimento local. Na verdade, deveria se considerar que uma sociedade se desenvolve quando passa a viver melhor e aperfeiçoando a vida de seus membros. Mas, não é normalmente esse o critério que prevalece, visto que, conforme já comentado, no aspecto econômico tende a ser excessiva.

Constata-se que certas localidades, cuja população vivia em situação de pobreza, conseguem dar um salto no processo de desenvolvimento. Mais tarde, nas situações em que isso acontece, pode-se perceber que, normalmente, populações antes marginalizadas passam a ter acesso à cidadania e aos recursos da vida moderna.

Nos países desenvolvidos, há assimetria no processo de globalização. O ranking internacional mostra que a participação nas exportações mundiais também é dominada pelos grandes países, dentro do processo de globalização, e, mesmo tomando como exemplo a tríade, certamente encontra-se desempenho econômico diferenciado.

Para exemplificar essa situação, a tabela 1 a seguir mostra essa diferenciação.

Tabela 1. Exportações Internacionais – Países Selecionados

PAÍSES	EXPORTAÇÕES (US\$)	PARTICIPAÇÃO NAS EXPORTAÇÕES MUNDIAIS
Estados Unidos	683	12,6
Alemanha	540	10,0
Japão	388	7,2
França	307	5,7
Reino Unido	273	5,1
Itália	241	4,5
Canadá	214	4,0
China	184	3,4
Hong Kong	173	3,2
Coreia do Sul	133	2,5
México	118	2,2
Cingapura	110	2,0
Espanha	109	2,0
Brasil	51	0,9
Acumulado	3.524	

Fonte: LACERDA, Antonio Correa. A globalização da Economia. Dados OMC, 2005.

O Japão apresentou, na década de 80, uma taxa de crescimento muito baixa (enfrentou até recessão nos últimos anos), mas também uma taxa de desemprego que não é muito maior do que a dos Estados Unidos. Finalmente, a Alemanha (que só nos últimos dois anos começou a apresentar maiores taxas de crescimento) ainda apresenta uma taxa de desemprego elevada, superior a

10%. Isso mostra que, mesmo entre os países desenvolvidos, há assimetria no processo da globalização, porque certamente o espaço de um dentro do fenômeno internacional está mudando, baseado em novos paradigmas.

O melhor desempenho fica por conta dos Estados Unidos, que há quatorze anos cresce a taxas expressivas, com o elevado aumento da produtividade propiciado pela chamada nova economia, movimentada pelas empresas ou ligadas à internet ou que a usam como meio de alcançar maior participação no mercado. Esse fenômeno coloca os Estados Unidos em situação privilegiada, a ponto de sua balança comercial acusar um déficit elevado que vem sendo financiado pelo crescente fluxo de capitais que o país recebe, não só por possuir um volume muito grande de empresas internacionais no Exterior, mas também pelo fato de atrair muitos capitais para financiar esse déficit.

A comparação do déficit em conta corrente, que mede a situação da balança de pagamentos dos países, mostra que, enquanto o Japão e as nações da área do Euro apresentam superávits em transações correntes, os Estados Unidos registram déficits crescentes.

1.3.10 Nova Era da Economia

A nova era econômica é inteiramente reconhecida como governada pela globalização e pelo conhecimento, o que muitos estudiosos do assunto apresentam.

Os países latino-americanos e asiáticos demonstram diferença nos gastos com patentes e patenteamento, analisando o nível geral de evolução das capacidades sociais devidas ao aprendizado nacional dos dois grupos. 0.

1.3.11 Patentes e Investimentos

As patentes são resultados da atividade tecnológica, sendo concedidas em determinado território para solicitantes que podem ser residentes ou não. Nos finais dos anos 80, o número de patentes concedidas na Coreia não era superior ao do Brasil. Entretanto, o número de solicitantes de origem doméstica era mais elevado: 30% da Coreia, em 1989, e apenas 5% do Brasil.

1.3.12 O Território

Os territórios são formas, mas os territórios usados, são objetos e ações, sinônimos de espaço humano, espaço habitado.

Para definir território, baseia-se em várias noções, dentre elas se encontra a definição de Santos (1994, p.69), em sua explanação sobre território:

A noção de território, herdada da modernidade incompleta e do legado de conceitos puros, tantas vezes atravessando os séculos praticamente intocados. É o uso do território em si mesmo, que faz dele objeto de análise social. Trata-se de uma forma impura, um híbrido, uma noção que, por isso mesmo, carece de constante revisão histórica. O que ele tem de permanente é ser o quadro de vida. Seu entendimento é, pois, fundamental para afastar o risco de

alienação, o risco de perda do sentido da existência individual e coletiva, o risco da renúncia ao futuro.

Portanto, atualmente deve-se insistir na relevância do papel da ciência, da tecnologia e da informação. Em se tratando de território, não basta falar de mundialização e de informação, deve-se aprofundar o processo de conhecimento desse aspecto da realidade total.

Carlos (1996, p.39) acrescenta:

Há também lugares determinados onde as ações não se fixam de forma contínua pois o uso é esporádico, o que marca o que podemos chamar de uma “territorialidade móvel”. Isto é também aquela do encontro-reencontro e contempla a simultaneidade: pode-se falar em formas de aproximação de “uso temporário” e irregular no tempo, mas que guarda uma territorialidade marcante no plano simbólico dos habitantes da metrópole.

E a autora ainda exemplifica:

[...] como é o caso da avenida paulista, em São Paulo, que acabou ganhando significado do encontro, da comemoração, da reivindicação, da festa, e que para o cidadão da metrópole dá a sensação de pertencer ao lugar e a uma comunidade. (CARLOS, 1996, p.40).

1.3.13 O Território e Modernidade

Vive-se atualmente uma noção de território herdada da modernidade incompleta e do seu legado de conceitos puros, o que muitas vezes atravessa praticamente os séculos.

Ao longo dos séculos, caminhando da antiga comunhão individual dos lugares com o Universo à comunhão global de hoje: a interdependência universal do território. Ao longo do caminho, o Estado-Nação foi um divisor de águas, entronizando uma noção jurídico-política do território, fruto do conhecimento e da conquista do mundo, desde o Estado Moderno e o iluminismo, a era da valorização dos recursos conhecidos como naturais.

Atualmente, a natureza é histórica, até mesmo o meio ambiente. Seu valor “local” é relativo.

O território, era a base, o fundamento do Estado-Nação que, ao mesmo tempo, o moldava. Agora, é quando vive-se uma dialética do mundo verdadeiro, evoluído da noção, tornada antiga, de Estado Territorial para a noção pós-moderna de transnacionalização do território.

1.3.14 Território e a Atualidade

A informação e a tecnologia são hoje, papel da ciência. Ao se tratar de território, é importante falar não só de globalização ou mundialização, deve-se aprofundar o processo de conhecimento do aspecto da realidade total.

Para Santos (1994 p.15):

Os territórios são formas, mas os territórios usados são objetos e ações, sinônimo de espaço humano, espaço habitado. Mesmo a análise da fluidez posta a serviço da competitividade, que hoje rege as relações econômicas. De um lado tem-se uma fluidez virtual, oferecida por objetos criados para facilitar essa fluidez e que são, cada vez mais objetos técnicos. Mas os objetos não dão uma fluidez virtual, porque a real vem das ações humanas, que são cada vez mais ações informadas, ações normatizadas.

Ao partir dessa realidade, o que se encontra no território, atualmente, são novos recortes, além da antiga categoria de região: sendo então a nova construção do espaço e do novo funcionamento de território, é o que se chama de horizontalidade e verticalidade. As horizontalidades serão os domínios da contigüidade, daqueles lugares vizinhos reunidos por uma continuidade territorial, enquanto as verticalidades seriam formadas por pontos distantes uns dos outros, ligados por todas as formas e processos sociais. François Perroux, partindo dessa premissa, que legou aos geógrafos o conceito de espaço banal e solicitou que este fosse testado no Brasil por um de seus discípulos, Jacques Boudville. A idéia de espaço banal deve ser levantada em oposição à noção que o território ganha hoje nas disciplinas territoriais: a noção de rede.

Na atualidade, o território pode ser formado de lugares contínuos e de lugares em rede. Os lugares formam redes e o espaço banal.

Na realidade, o acontecer solidário se apresenta sob três formas no território atual: um acontecer homólogo, um acontecer complementar e um acontecer hierárquico.

O acontecer homólogo é aquele das áreas de produção agrícola ou urbana, funcional a qual pode ser chamada também de densidade informacional. O resultado é a aceleração do processo de alienação dos

espaços e dos homens, no qual um componente é a enorme mobilidade atual das pessoas. Por isso o direito local e o direito internacional estão se transformando, a fim de reconhecer naqueles que não nasceram num lugar poderem também intervir na vida política desse lugar.

É preciso refletir sobre o conflito entre, de um lado, o ato de produzir e de viver, função do processo direto da produção e as formas de regulação ligadas e, de outro, instâncias da produção. Com isso renova-se a importância do fator trabalho, configurado pela técnica do território no campo e na cidade, ligado ao processo da produção, e com resultados controlados, cujo valor é ditado por relações distantes. Essa nova Geografia do trabalho é um dado importante no entendimento da sociedade atual.

1.3.15 A Territorialidade

A noção de territorialidade procura evidenciar as interfaces entre a dimensão territorial e sociocultural.

Territorialidade refere-se as relações entre o indivíduo ou o grupo social e seu meio de referência, manifestando-se nas várias escalas geográficas - uma localidade - uma região ou um país - e expressando um sentimento de pertencimento e um modo de agir em um dado território.

A territorialidade reflete o mundo territorial em toda sua abrangência e em suas múltiplas dimensões – cultural, política, econômica e social.

Para Albagli (1997, sp):

A territorialidade como atributo humano, é primeiramente condicionado por valores e normas sociais, que variam de sociedade para sociedade, de um período para outro. A territorialidade não traduz, portanto, apenas uma relação com o meio: ela é uma relação triangular entre os atores sociais mediada pelo espaço.

O espaço denominado territorialidade se desenvolve a partir da coexistência dos atores sociais em um dado espaço geográfico, engendrando um sentimento de sobrevivência do coletivo e as referências sócio culturais ali presentes.

Para Veiga (2005, p.28),

Não deveriam ser numerosos, então, economistas favoráveis a políticas de desenvolvimento regional, ou de ordenação territorial. Ocorre o contrário porque não ignoram que concentração econômica, coesão social e disparidades espaciais também precisam ser contempladas com as lentes da equidade, e não apenas da eficiência.

A rigor, essa oposição entre eficiência e equidade desapareceria se a primeira não fosse reduzida à apenas a alocação.

Vantagens distributivas e ambientais deveriam ser componentes da própria eficiência. Infelizmente, economistas não são treinados para racionar desta forma. Por isso, programas explícitos de desenvolvimento regional se apóiam em critérios de equidade. Ainda assim não falta quem entenda desenvolvimento apenas como redução da pobreza, ficando assim autorizado a desqualificar políticas governamentais com foco espacial ou territorial.

1.4 POLÍTICA, ESPAÇO E RELIGIÃO.

Ao chegar no século XXI, a geografia dedicou-se muito mais ao entendimento das discussões políticas e religiosas do espaço, as quais devem ser analisadas de acordo com vários aspectos.

A organização interna dos territórios da igreja é dinâmica, móvel no espaço, sendo que os espaços religiosos se modificam há muitos séculos, quer seja por fragmentação das paróquias ou por criação de novas dioceses. Acontecimentos importantes levam a uma transformação; mesmo sendo como recuo ou avanço, o território é modificado, surgindo como outro que melhor corresponde à afirmação do poder.

Assim, Elineau (1999, p.43), afirma que:

A visibilidade da transformação territorial hoje não é perceptível se não estudarmos mapas e textos relatando retrocedimentos, os deslocamentos das fronteiras, as criações ou o desaparecimento de territórios.

Para Sack (1986, p.39), “desde a Idade Média, a paróquia representa uma unidade politico-religiosa da igreja. São territórios religiosos nos quais se efetua a ação político-espacial de controle”. Esses territórios foram modificados ao longo dos séculos. Os constantes arranjos aconteceram por diferentes motivos como eventos sociais e econômicos, situações demográficas e fatos históricos relevantes.

O sentimento religioso do homem preocupou sociólogos e muitos outros estudiosos do assunto. O sagrado se relaciona com a fé que a sociedade desenvolve por meio de atividades religiosas para conservar os sentimentos coletivos em intervalos regulares, reforçando sua unidade e identidade.

A religião volta a constituir papel relevante no espaço. Partidos políticos e valores religiosos alimentam grupos sociais; alguns assumem identificação, claramente nas sociedades declaradas pós-comunistas. Em algumas sociedades, a dimensão cívica envolve o sagrado e alimenta reivindicações étno-religiosas, como a dos palestinos, judeus, islâmicos, católicos, protestantes, numa grande variedade. (ELIADE, 1992)

A religião é verdadeiramente uma experiência de forças coletivas e, como tal, se evolui e se transforma.

1.4.1 A Igreja e Sua Política Espacial

Ao descrever a igreja e suas demarcações, bem como sua hierarquia, Elineau (1999, p.10) explana:

Em seus dois mil anos de história, elaborou um sistema hierárquico complexo que viabilizou suas metas e suas políticas. Nesse aspecto refere-se a Igreja física ou visível, isto é, a territórios religiosos demarcados, sendo dos quais controlado e dentro dos quais a autoridade é exercida por um profissional religioso. A hierarquia se inscreve nos limites de uma paróquia que abarca diversas unidades de povoamento ligadas a uma matriz, sede da paróquia.

E o autor ainda acentua que:

A visibilidade da transformação territorial atualmente não é perceptível se não estudando mapas e textos relatando os retrocedimentos, os deslocamentos das fronteiras, as criações ou o desaparecimento de territórios. (ibid, p.10)

Desde a antiguidade a igreja representa uma unidade político-religiosa com territórios sendo modificados.

Para Sack (1986, p.46):

Na Idade Média a paróquia já representava uma unidade político-religiosa da Igreja. São territórios religiosos nos quais se efetiva a ação político-espacial e controle. Estes territórios foram modificados ao longo dos séculos. Os sucessivos arranjos aconteceram por diferentes motivos, como acontecimentos sociais e econômicos, situações demográficas e fatos históricos relevantes.

Para o geógrafo Jean René Bertran (1999, p.11), dois questionamentos, entre tantos, são relevantes e objetos de estudo:

A paróquia representa seus paroquianos, um lugar simbólico, sendo que cada habitante se insira sem grandes questionamentos e, na maioria das vezes, desenvolve uma forte identidade religiosa com o lugar. Contudo, se o espaço sagrado da paróquia favorece o exercício da fé e a convivência religiosa do sagrado, de outro lado, a unidade paroquial não é viável sem a presença de um religioso especializado. Sendo que o pároco, auxiliado por outros agentes religiosos, organiza a vida religiosa, e assegura a permanência do sagrado e, conseqüentemente, a estabilidade da instituição religiosa. A paróquia, em sua dimensão espacial, reflete a concentração e a dispersão dos paroquianos; reage à modificação de seus limites e à re-distribuição do clero. Se o fluxo de migrantes para a cidade impõe a criação de paróquias urbanas, podendo supor então o abandono da zona rural. O equilíbrio territorial paroquial pode resistir ao desequilíbrio demográfico e à mobilidade crescente da população? A igreja pode ignorar a evolução demográfica e suas conseqüências sobre o espaço e suas formas? (in PNUD, 1993)

Para Rosendall e Correa (2001, p.10), “A ação política da Igreja e as novas localizações do sagrado podem ser empiricamente analisadas”.

1.4.2 Espaços Sagrados

A representatividade da igreja para Durkheim (1999, p.47), tem o seguinte significado:

A igreja representa o lugar de culto e recolhimento, sendo verdadeiramente o símbolo do sagrado e de sua permanência. O espaço religioso favorece as relações entre o sagrado e o profano. As coisas sagradas estão no centro de um sistema de interdições e tabus que são acessíveis unicamente aos padres e apresentam entre si, relações de coordenação e subordinação, que são veneradas pelos crentes reunidos numa comunidade moral chamada igreja.

A política da igreja, segundo Rosendall e Correa (2001, p.13):

A política episcopal caminha, assim, no sentido de contentar o sentimento religioso de seus filiados. Porém, a Igreja tem sua própria política espacial; na França, a partir do século IV, o processo do cristianismo converte a população, constrói igrejas e centros religiosos, dividindo o país em milhares de paróquias, recobrando o país, em milhares de paróquias, recobrando com uma fina malha o território francês.

No Brasil, novos santuários são criados, são igrejas dedicadas a uma devoção específica, ocorrendo em períodos históricos distintos, mas por motivos parecidos: o aumento demográfico e a dificuldade dos paroquianos em realizar a peregrinação aos santuários existentes, distantes de suas paróquias.

1.4.3 O Sagrado

O sagrado se apresenta como elemento estruturante e estruturado da sociedade.

Na abordagem de Bordieu (1987, p.61), ao se reportar à hipótese de Durkheim da gênese social dos esquemas de pensamento, de percepção, de apreciação, ação e a própria divisão de classes “[...] a religião contribuía para a própria imposição (dissimulada) dos princípios de estruturação da percepção e do pensamento do mundo e, em particular, do mundo social”.

Naturalmente, o sistema de práticas e o discurso religioso, ao atribuírem um princípio norteador transcendental da vida, imprimem uma nova lógica à realidade, tornando-a uma maior representação, um conjunto de conceitos e explicações geradas no dia-a-dia da experiência do sagrado. Essa análise parte do pressuposto de que o sagrado é o centro do fato religioso.

Sendo assim, faz-se necessário um dialogo bem mais efetivo entre a ciência e a religião. Mas não se pode condicionar o sagrado aos limites das ciências humanas ou aceitar o idealismo da total objetividade científica. (ROSENDAHL, 2001, p.4)

Portanto, categorizar o sagrado não é trabalho fácil. O sagrado é pleno de atributos de transcendência.

A religião foi a primeira tentativa para uns e obstáculos para outros, feita pelo homem de retornar às suas origens. É o processo de busca do equilíbrio perdido entre o permanente e o provisório. No princípio, o criador (Deus) e a criatura (Homem) estavam unidos por uma ligação cósmica e

universal. Com a ruptura dessa ligação (Adão e Eva) com o divino (Deus), o homem passou a viver a nostalgia da perda, do abandono, da solidão e do sofrimento. Iniciou-se o processo de busca das suas origens primeiras.

Na verdade, o homem nunca aceitou sua orfandade divina. Sua grande meta passou a ser a ligação com a paternidade (Criador) e a maternidade (Mãe Natureza). Com o processo de decadência moral e ética, a religião (Religare) veio a ser instrumento da retomada do elo perdido. (ELIADE, 1992) O espírito religioso, ao longo da história humana, contribui para organizar o caminho de volta, através da harmonização do conflito entre o permanente e o provisório.

A profunda nostalgia do homem religioso é habitar um mundo divino, ter uma casa semelhante à casa dos deuses, tal qual foi representada mais tarde nos templos e santuários. Em suma, esta nostalgia religiosa exprime o desejo de viver num cosmos puro e santo, tal como era no começo, quando saiu das mãos do criador. (ELÍADE, 1992, p.57)

Esse espaço é também chamado pelas tradições como centro do mundo, topografia sagrada, ponto de referencial com o sagrado.

Através da hierofania (espaço sagrado), o homem conseguiu fazer uma ruptura ou corte no tempo e espaço e estabelecer a ligação cósmica com o universo na busca das suas origens primeiras. A eucaristia, na missa católica, é um exemplo dessa busca.

Nas tradições greco-romanas, hindus, caldaica, judaica, egípcia e maia, a evolução do homem na busca do divino pode ser dividida em quatro eras ou

momentos históricos: idade do ouro, da prata, do bronze e do ferro. Todas as descobertas da ciência moderna encontram-se, de algum modo, referendadas nos Vedas, Iching, Alquimia, Astrologia, Cabala e nas religiões antigas.

A frequência da manifestação do sagrado, apesar da diversidade religiosa e ritual, apresenta um caráter único.

1.4.4 Espaço Sagrado

O espaço sagrado é tão forte de valores elevados que o homem religioso transcende sua existência. É por meio de símbolos e rituais que o sagrado exerce sua função de mediação entre a divindade e o homem.

Para Rosendall (2002, p.22),

A organização do sagrado no território de forma endógena constitui-se em uma dinâmica móvel no espaço. A paróquia também é um lugar simbólico, onde o católico desenvolve uma identidade religiosa com o lugar. O sagrado se apresenta como elemento estruturante e estruturado da sociedade. A territorialidade do sagrado seria um espaço de representação e apropriação simbólica de determinado espaço sagrado, sendo sua materialidade o próprio território institucionalizado.

O pensamento religioso e sua situação num mundo carregado de valores religiosos permite que o homem identifique espaços de qualidade diferentes dos outros. Espaço sagrado é diferente de todos os outros espaços.

Para Bordieu, (1987, p.33),

O sagrado é fundamental para o homem, na medida em que para ele a alma é imortal e, para viver bem na terra e apresentar-se puro diante de Deus após a morte carnal, esse homem serve-se de símbolos ritos para a celebração de festas e cerimônias religiosas. Os ritos são coletivos e é através deles que as pessoas se conhecem. O que estabelece o rito é a identidade que, através das manifestações exteriores, congrega a comunidade religiosa.

O homem religioso tem a necessidade de viver numa atmosfera impregnada do sagrado; sendo esse o motivo pelo qual se elaboram técnicas de construção do sagrado. O trabalho humano de consagrar um espaço sagrado tem revelado que o mundo é, para o homem religioso, um mundo sagrado.

Ao que afirma Klisberg (1999, p.90):

La cultura cruza todas las dimensiones Del capital social de una sociedad. La cultura subyace los componentes básicos considerados capital social, como la confianza, el comportamiento cívico, el grado de asociatividad. Las relaciones entre cultura e desarrollo son de todo orden, y asombra la escasa atención que se les ha prestado.

Para Berger (1976, p.102), “[...] o homem enfrenta o sagrado como uma realidade imensamente poderosa, distinta dele. Essa realidade a ele se dirige, e coloca a vida numa ordem dotada de significado”.

O espaço profano é o oposto do espaço sagrado. Não é possível nenhuma orientação verdadeira. O sagrado e o profano jamais se misturam, sempre se opõem.

O espaço sagrado e o espaço profano estão sempre vinculados a um espaço social. A ordenação do espaço requer sua distribuição entre o sagrado e o profano; é o sagrado que delimita e possibilita o profano.

Eliade (1992, p.35) apreciou o significado geográfico dessa construção, tendo uma visão do centro simbólico como sendo uma manifestação reveladora do sagrado em que:

[...] espaço sagrado, consagrado por uma hierofania, ou ritualmente construído, e não um espaço profano, homogêneo, geométrico... O que temos aqui é a geográfica mítica sagrada, a única espécie efetivamente real, em oposição à geografia profana, objetiva, de certa forma abstrata e não essencial.

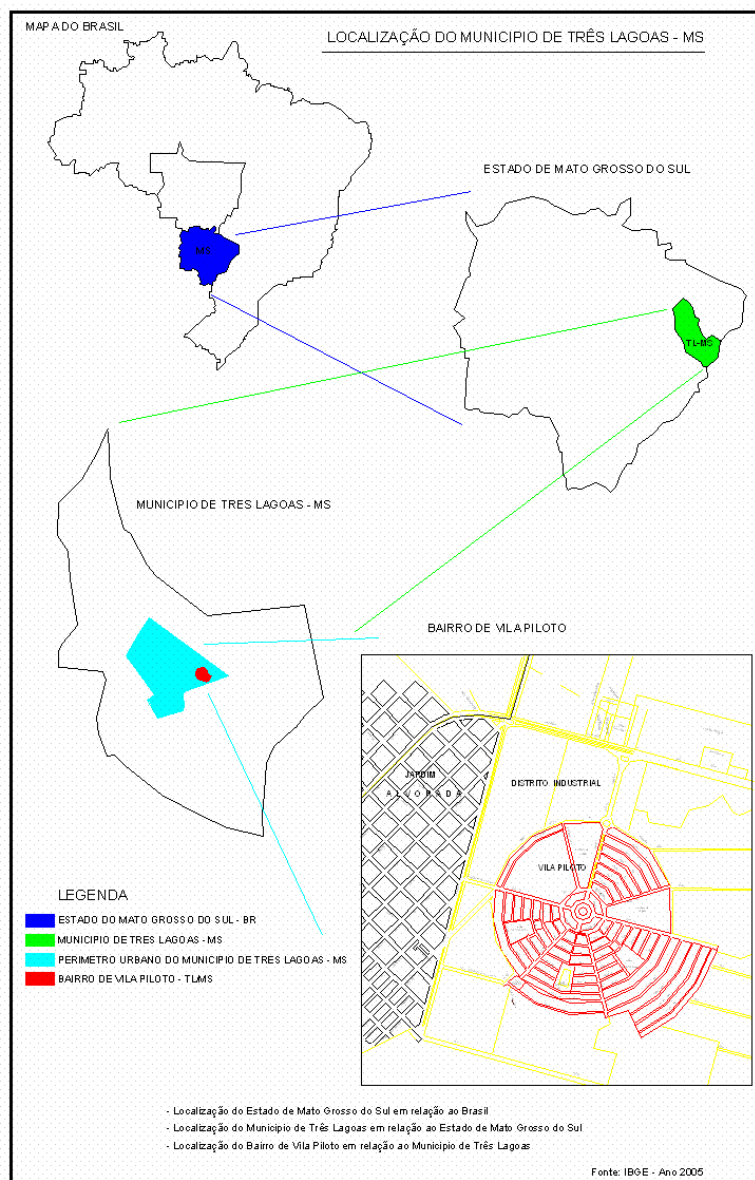
Neste contexto, para a geografia mítica, o espaço sagrado é o espaço real, quer seja ele materializado em certos objetos, quer nos símbolos cósmicos. Desta maneira, isola-se do espaço profano que o circunda.

CAPITULO 2

A COMUNIDADE RELIGIOSA DA VILA PILOTO NO MUNICIPIO DE TRÊS LAGOAS/MS

Três Lagoas, chamada assim graças às três lagoas existentes na cidade, está situada à margem direita do rio Paraná, a 02 quilômetros da divisa do Estado de São Paulo, conforme mostra o mapa a seguir.

Mapa 01 – Localização do Município de Três Lagoas - MS



Os primeiros moradores fixaram-se na região no final do século XIX. Em 1914, foi criada a Vila de Três Lagoas. Nos anos sucessivos, aos 15 de junho de 1915, foi emancipada, tornando-se município do então Estado de Mato Grosso.

A estrada de ferro da extinta Noroeste que ligava São Paulo a Corumbá, construída em meados de 1912, teve notável importância no desenvolvimento da cidade.

Outro marco no crescimento econômico e populacional foi a construção da Usina Hidroelétrica de Jupiá, iniciada em 1961 em funcionamento desde 1969, mesmo que tenha ficado pronta em junho de 1974. A bacia hidroelétrica é formada pelas águas represadas dos rios Paraná e Sucuriú. Atualmente, Três Lagoas conta com cerca de 85.000 habitantes. Sua economia baseia-se prevalentemente na pecuária e no comércio. Nos últimos anos, recebeu várias indústrias têxteis e alimentícias as quais lhe conferiram notável pujança.

2.1 A HISTÓRIA DOS SALESIANOS EM MATO GROSSO E MATO GROSSO DO SUL

No dia 18 de junho 1894 inicia-se a caminhada da Missão Salesiana de Mato Grosso, com a tomada de posse da paróquia de São Gonçalo do Porto, em Cuiabá e, no ano seguinte, iniciou-se a evangelização dos índios Bororós da Colônia Teresa Cristina.

Sob o impulso dinâmico do Padre Malan, que substituiu Don Lasagna, a Missão expande suas tendas, abrindo a Escola Agrícola de Santo Antonio, no Coxipó da Ponte e, em 1899, inicia-se o noviciado. Com o abandono da Colônia Teresa Cristina, é aberto o Colégio Santa Tereza, em Corumbá, e o Oratório São Miguel, na vizinha cidade de Ladário.

Em 1902, é retomada a evangelização dos índios bororós, com a abertura da Colônia Sagrado Coração nos Tachos; em seguida, em 1905, da Imaculada no Rio das Garças, abandonada em 1922; São José do Sagradouro, em 1906, e de Gratidão Nacional, em Palmeiras, abandonada em 1920, após a morte do diretor, Pe. José Thannhuber.

Em 1914, é criada a Prelazia de Registro do Araguaia, e os salesianos assumem a paróquia da sede e a escola, sendo fechada em 1975. Em fins de 1918, há uma primeira tentativa de aproximação com os índios xavantes, sem resultados, nas proximidades do Rio das Mortes, abandonada três meses depois.

Em 1919, no Sul do Estado, é assumida a paróquia de Aquidauana, a qual, no ano de 1930, foi entregue aos padres redentoristas, juntamente com a paróquia de Miranda, atendida por dois anos pelo Pe. João Crippa.

Em 1921, é criada a paróquia de Santa Rita do Araguaia, hoje a cidade de Alto Araguaia, Mato Grosso onde, por dois anos, o Prelado fixa sua residência.

Neste período, a Inspetoria volta sua atenção ao sul do Estado, sob o comando do Pe. Carrá, e assume as paróquias de Campo Grande e Três Lagoas, em 1924.

No ano de 1925, o Pe. João Crippa compra, em Campo Grande, dois terrenos (lotes) para iniciar o Oratório São José, mais conhecido como “Capelinha”.

A paróquia de Ponta Porá foi assumida, em 1925, pelos salesianos, que, em 1943, a entregam aos Pares redentoristas.

Sob o comando do Pe. Dalla Via, a Inspetoria estende suas tendas ao vizinho Estado de Goiás, assumindo, a convite de Dom Emanuel Gomes de Oliveira, a direção do Ginásio Anchieta, em Bonfim, atual Silvânia.

No mesmo ano, em Campo Grande, é adquirido o Ginásio Pestalozzi, denominado Ginásio Municipal Dom Bosco, atual Colégio Dom Bosco.

Em 1932, chega o Pe. Carletti, e a Inspetoria expande então suas atividades, abrindo, em Guiratinga –MT, o Instituto Bom Jesus, que foi fechado em 1975. Neste mesmo ano, é retomada a tentativa de aproximação dos índios xavantes, interrompida, em 1934, pela morte dos padres Fuchs e Sacilotti.

Em 1934, é reaberto o noviciado do Seminário da Conceição, em Cuiabá, MT, com a chegada da primeira turma de clérigos da Itália e, no ano seguinte, são abertos os cursos de Filosofia e Teologia. Ainda em 1934, Pe. César Albisette assume a paróquia de Poxoréo, mais tarde sede da Operação Mato Grosso e de um Centro Juvenil e Curso Profissionalizante.

Em 1937, o Pe. Chovelon retoma a iniciativa de aproximação com os índios xavantes, viajando pelo rio Araguaia e pelo rio das Mortes.

Em 1938, é reassumida a paróquia de Alto Araguaia e, em anexo, uma escola primária. Em 1953, é criado o curso ginásial. Em 1989 são suspensas as atividades escolares.

Em 1941, Pe. João Pian dá início, na capital goiana, ao Ateneu Dom Bosco.

No ano seguinte, a convite de Dom Mourão, a Inspetoria assume a direção do Ginásio Diocesano, depois Colégio Dom Henrique, na cidade de Lins, Oeste do Estado de São Paulo.

Em 1944, o cinquentenário da Missão é assimilado pela reabertura do noviciado na Chácara São Vicente, do Externato São José, anexo à Capelinha, em Campo Grande, e do Colégio Dom Bosco, na cidade de Tupã, na Alta Paulista, cujas atividades são encerradas em 1975.

Neste período, anexa à paróquia de Três Lagoas, funcionava uma escola paroquial substituída depois pelo Ginásio Bom Jesus, extinto anos mais tarde.

Padre Guido, sucessor do Pe. Carletti, transferiu a sede da Inspetoria de Cuiabá para Campo Grande, Colégio Dom Bosco. Em 1949, Pe. Colbacchini fixa residência em Xavantina para uma nova aproximação com os índios xavantes e, em Campo Grande, é assumida a direção do seminário diocesano, cujas atividades são interrompidas em 1970 por determinação da Diocese.

Por volta de 1950, após a transferência do Ginásio Anchieta, do Ateneu Dom Bosco para a Inspetoria de São João Bosco, são abertos os colégios de Araçatuba e de Lucélia, ambos no Estado de São Paulo. As atividades em Lucélia foram suspensas em 1985.

Em 1953, é reaberta a residência de Santa Terezinha para atender aos xavantes, sendo fechada novamente em 1962. Os xavantes, em 1956, procuram as colônias de Sangradouro e de Meruri.

O grupo de Meruri, em 1958, é transferido para a nova colônia de São Marcos. Ainda em 1956, Pe. André Capelli fixa residência na Serraria, atual Indápolis, iniciando uma pequena escola agrícola, evoluída para Escola Agrícola Dom Bosco e atual Colégio Dom Bosco, com anexo, em 1985, do noviciado.

No mesmo ano de 1956, Pe. Guilherme Muller assume a paróquia de Barra do Garças. Em Cuiabá, o aspirantado é transferido para Coxipó da Ponte, deixando o seminário para aspirantes do clero diocesano, sob a direção do Pe. João Durowre.

Em 1962, o seminário é transferido para o novo prédio na Várzea Grande MT, ainda sob a direção dos salesianos, até 1989.

Na gestão do Pe. João Greiner, é construída A Casa de Retiro na Chácara São Vicente, e, no Colégio Dom Bosco, o prédio da 14 de julho, onde, em 1962, é instalada a Faculdade Dom Aquino de Filosofia, Ciência e Letras, embrião das Faculdades Unidas Católica de Mato Grosso (FUCMT), transformada em Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), em 1993, e seguida por outras faculdades em Lins e Araçatuba.

Em 1961, Pe. Ernesto Saksida abre, em Corumbá, a cidade Dom Bosco, para atender à juventude abandonada da cidade. Mais tarde, Pe. Ferbini instala no mesmo local, com ajudas internacionais, a Escola Industrial.

Em 1964, na gestão do Pe. Jacuzzi, é aberto, no bairro Santo Antonio, em Campo Grande, o Oratório Paulo VI, abrigando depois a Escola Rui Barbosa, a paróquia N.S. Auxiliadora e, por último, o estudantado filosófico. No mesmo ano, Pe. Constantino abre, em Maracajú, uma escola, cedida mais tarde ao Governo do Estado.

Em 1976, a Inspetoria transfere a sede para o Oratório São José, inaugurando, mais tarde, o prédio onde foi instalado o Museu Dom Bosco.

No ano de Centenário, são inauguradas a Casa do Sonho, na Chapada, e Nova Esperança, em Rondonópolis, com a paróquia Santa Terezinha.

Mesmo com tantas atividades, há Inspetoria em Lins, Araçatuba, Três Lagoas, Indápolis, Campo Grande, (São João Bosco, São José e N.S. Auxiliadora), em Corumbá (N.S. Auxiliadora e Dom Bosco), em São Gonçalo, em Cuiabá e N.S. da Piedade, ainda em Cuiabá, no Coxipó, além das paróquias nas dioceses de Cuiabá, Corumbá e Barra do Garças e da paróquia de Maracajú. Isto é uma representação e colaboração da Missão Salesiana na construção do Reino de Deus na terra sonhada por Dom Bosco.

2.1.1 Os Salesianos em Três Lagoas

Os salesianos chegaram a Três Lagoas em 1924. Canonicamente edificada em 1927, foi reconhecida como Casa Salesiana MSMT Santo

Antonio de Três Lagoas, seu primeiro pároco foi Pe. Agostinho Colle. (Arquivos da Casa Paroquial Santo Antonio Três Lagoas MS).

A seguir, carta de fundação da Casa Salesiana de Três Lagoas traduzida literalmente pelo Padre Giuseppe Crevacore (2005), do “Decreto de ereção canônica de uma casa”, como consta no original em latim, em anexo.

Decreto de ereção canônica de uma Casa N° 81 (?).

Sociedade de São Francisco de Sales

Pelo singular favor e bondade da Divina Providência, nos foi concedido de abrir uma nova Casa na localidade de Três Lagoas para educar a juventude pobre na religião, na virtude e na doutrina. Isso na verdade nos estimula a render graças extraordinárias de coração a Deus, tendo proporcionado, com a sua munificência novos e oportunos meios, com os quais podemos trabalhar sempre mais nas obras de caridade para a Sua glória.

E isso no mesmo tempo nos leva a erigir canonicamente esta nova Casa conforme as prescrições das Constituições da Nossa Sociedade e dos Santos Cânones.

Portanto, consideradas diligentemente todas as coisas, tendo conhecido claramente que estava em ordem tudo o que é requerido dos Sacrossantos Cânones e das Nossas Constituições para esta ereção canônica, em modo especial a respeito do beneplácito da Sé Apostólica e do consentimento do Ordinário do lugar, Nós, Filippo Rinaldi, Reitor Maior da Sociedade de São Francisco de Sales, em virtude das Faculdades a Nós concedidas pela Sagrada Congregação que preside os Negócios das Congregações religiosas, no dia 20 de Setembro de 1927, por meio do Rescrito N° 5742/27, erigimos canonicamente a Casa na localidade de Três Lagoas.

Dedicamos esta casa assim canonicamente ereta a Santo Antônio Conf. E atribuímos a ela todos e cada um dos privilégios e graças espirituais que gozam as outras legítimas Casas da Nossa Sociedade. E destinamos a mesma como Casa para os Sacerdotes da Nossa Paróquia Santo Antônio e para os Missionários que trabalham nela e como oratório nos dias de festa, e a unimos à Inspetoria Salesiana, canonicamente ereta, que tem como Patrono Santo Afonso M^a de Liguori no Brasil, reg. Matto Grosso e a

estabelecemos sob a ordinária autoridade e jurisdição do Superior Maior desta Inspetoria.

Enfim recomendamos àqueles a quem interessa, que observadas todas as normas jurídicas. Promovam e se preocupem, na medida do possível, também de outras obras caritativas, que a Nossa Sociedade realiza como parte da finalidade do Instituto, especialmente em favor dos adolescentes, que ainda se podem conciliar com a finalidade precípua da Casa.

Turim, 1 de outubro de 1927

Secretário Reitor Maior
Sac. Ph.Rinaldi

2.1.2 Contribuição dos Salesianos para o Desenvolvimento Regional

Há mais de um século, os salesianos de Dom Bosco chegaram a Mato Grosso, na cidade de Cuiabá, procedentes do Uruguai, com o principal objetivo de contatar as nações indígenas da Região Centro-Oeste do Brasil. Ao longo de mais de um século, além de fundar diversas Missões entre os indígenas, a Missão Salesiana de Mato Grosso construiu um sólido sistema de educação em escolas, faculdades e universidades; implantou obras sociais e centros de formação profissional e contribuiu expressivamente para a evangelização, formação da cultura e progresso dessa região. A sede da instituição se encontra em Campo Grande-MS, possui 21 casas, atendidas por 150 salesianos que se dedicam intensamente à promoção da vida na região.

A MSMT abrange uma série de atividades intermediadas por colégios e instituições de ensino superior, que contribuem para a manutenção das obras sociais, paróquias, missões indígenas e obras com raízes profundas na vida social e cultural dos Estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e a região oeste de São Paulo, realizando atividades filantrópicas em favor de jovens, adolescentes, crianças, idosos, adultos e portadores de necessidades especiais, e das classes menos favorecidas. Todas as áreas de desenvolvimento humano são atendidas, assim como grande parte da população na região.

A MSMT é uma entidade católica, beneficente, cultural-educativa e de assistência social. Atualmente, é uma das maiores Organizações Não-Governamentais na área educativa e de promoção social da juventude destes estados, com total aceitação e reconhecimento de autoridades e da sociedade em geral.

A cidade de Três Lagoas, atualmente recebe um fluxo migratório muito grande devido à geração de empregos nas indústrias, e nas micro-indústrias e no comércio local.

Por um lado, é muito positivo o atual crescimento populacional, mas por outro, há o desequilíbrio social. As drogas se proliferam mais, os abusos sexuais também tendem a crescer, os danos ambientais tornam-se incontroláveis e tantos outros pontos de desequilíbrio social. As autoridades ou órgãos públicos pouco fazem para minimizar os problemas que vão aumentando numa velocidade irrefreável.

Um trabalho de desenvolvimento local, que venha acompanhado e associado ao progresso, decorrente de uma visão positivista, voltado para o crescimento de indicadores econômicos (resolvendo o problema do desemprego), seria um dos caminhos a percorrer.

Martin enfatiza que (1999, p.172), “o desenvolvimento local ou a escala humana deve ser entendido como a satisfação das necessidades humanas, fundamentais através do protagonismo real e verdadeiro de cada pessoa”.

Entende-se que se criar as condições para que a comunidade exerça este protagonismo e se afigure como o maior desafio para que o desenvolvimento local aconteça.

O Brasil está diante de realidades locais nas quais persistem algumas ausências muito importantes como a cidadania, a identificação sociocultural e territorial e a do sentido de vizinhança. E os bairros de todas as cidades brasileiras, na sua maioria, vivem esse drama.

Para minimizar os problemas de ordem social visível na comunidade da Vila Piloto, há grande necessidade de formação de grupos voluntários com o objetivo de ajudar os cidadãos a organizar um trabalho de desenvolvimento local. (ver foto 1)

2.2 HISTÓRICO DA VILA PILOTO

A construção do bairro Vila Piloto Jupiá iniciou, em 1966, para abrigar os funcionários que iriam trabalhar na obras do Complexo Hidroelétrico de Urubupungá.

Segundo informações da Secretaria de Habitação do Município de Três Lagoas, no bairro habitam dez mil moradores, sendo que, muitas destas famílias (cerca de 45%), vivem sem infra-estrutura básica, já que falta energia, saneamento básico e rede de esgoto. A situação se agravou com a invasão das 350 casas que estavam sendo construídas pela prefeitura, a qual iniciou o projeto de edificação de um conjunto habitacional neste bairro, mas, devido à ocupação indevida de tais casas, o trabalho foi interrompido,

transformando o conjunto residencial numa grande favela. As famílias que ali residem possuem renda *per capita* de cerca de um salário mínimo e são compostas, em média por 5 pessoas.

Foto 1 - Vista aérea do bairro de Vila Piloto



Fonte: Secretaria de Desenvolvimento e Cultura de Três Lagoas – 1966

Frente a essa realidade, o Centro Juvenil e de Formação Profissional Jesus Adolescente (2005), se constitui hoje um espaço singular para o resgate de cerca de 450 crianças, adolescentes e jovens, os quais são atendidos diariamente pelo projeto e se encontram em situação de risco, assim como são os portadores de necessidades especiais, aos quais são oferecidas oportunidades de aprendizagem e qualificação profissional, como também, atividade lúdico-esportiva, artístico-cultural e de Formação Humana Cristã. (ver fotos de 2 a 9)

Dentre as atividades oferecidas pelo Centro Juvenil, estão:

- Formativas: Reunião (aos sábados), Celebração da Palavra de Deus e Jornadas e Retiros (periódicos);
- Lúdico-Esportivas: Jogos e Lazer (aos sábados e aos domingos para todos), futebol, basquete, voleibol, capoeira, natação, xadrez (duas vezes por semana em hora e dia marcado);
- Banda musical, coral infantil, coral juvenil, (Ver foto nº 14) aula de violão, dança, artesanato, curso de italiano (até para adultos);
- Profissionalização: a partir de maio de 2005, serão oferecidos cursos de formação profissional para jovens acima de 16 anos bem como portadores de necessidades especiais, como marcenaria, mecânica, secretariado, informática, cabeleireiro, entre outros.

Foto 2 – Atividades Esportivas (futebol)



Foto: MARTINS, Juseyo Mario Barbosa (Junho/2005).

Foto 3 – Práticas Esportivas (capoeira)



Foto: MARTINS, Juscyo Mario Barbosa (Junho/2005).

Foto 4 – Oficina de Corte Costura (Curso)



Foto: MARTINS, Juscyo Mario Barbosa (Junho/2005).
Foto 5 – Oficina de Serralheria (Curso)



Foto: MARTINS, Juscyo Mario Barbosa (Junho/2005).

Foto 6 – Reciclagem de Lixo – Ação Voluntária pelo projeto valorização da criança e do adolescente.



Foto: MARTINS, Juscyo Mario Barbosa (Junho/2005).

Foto 7 – Ação Voluntária: Reforço Escolar. Projeto Valorização da Criança e do Adolescente.



Foto: MARTINS, Juscyo Mario Barbosa (Junho/2005).

Foto 8 – Solenidade da 1ª Ação Global dos 90 anos do Município de Três Lagoas – Ação Voluntária: Orquestra de violeiros.



Foto: MARTINS, Juscyo Mario Barbosa (Junho/2005).

Foto 9 – Solenidade de Abertura da 1ª Gincana Junina do Centro Juvenil Dom Bosco realizado com a juventude da Vila Piloto, pelos Jovens voluntários da paróquia Santo Antonio.



Foto: MARTINS, Juscyo Mario Barbosa (Junho/2005).

Foto 10 – Banda Adoradores de DEUS, numa ação voluntária na paróquia Santa Luzia.



Foto: MARTINS, Juscyo Mario Barbosa (Junho/2005).

O bairro, arquitetonicamente, foi projetado em forma circular e dividido em seis setores. O Centro Juvenil e de Formação Profissional está localizado em um desses setores circulares, de propriedade da Prefeitura Municipal de Três Lagoas, e cedido à Missão Salesiana por 99 (noventa e nove) anos, a partir de junho de 2003.

A Igreja Nossa Senhora de Fátima, da Vila Piloto, pertence à Congregação Salesiana e desenvolve várias ações comunitárias, tais como:

- Pastoral da criança (um trabalho assistencial às crianças carentes da comunidade);
- Vicentinos (visitas aos doentes e necessitados, distribuição de cestas básicas, etc);
- Ovisa (um movimento de orientação para vivência sacramental de casais);
- Grupo de Oração RCC (catequese, equipe de dízimo, equipe litúrgica).

As ações têm iniciativas a partir dos coordenadores das equipes, os quais, juntamente com o pároco, também oferecem apoio.

Festeja-se o “dia da padroeira Nossa Senhora de Fátima” (ver foto 10) em 13 de maio, quando se celebra anualmente a missa, organizam procissão, quermesse, bingo e muitas outras atividades. É uma data festiva para a comunidade do local e de bairros vizinhos e se estende por mais dois dias.

Como destaque da religiosidade católica em Três Lagoas, a comunidade local construiu um monumento dedicado a Cristo. (ver foto nº 15)

Foto 11 – Igreja N. S^a. de Fátima de Vila Piloto



Foto: MARTINS, Juscyo Mario Barbosa (Junho/2005).

O Centro Juvenil e de Formação Profissional Jesus Adolescente, (ver foto 12 e 13), designa-se como um ambiente cristão, por suas medidas sócio-educativas de prevenção, acompanhamento, orientação e formação

profissional para crianças, adolescentes e jovens, a fim de que venham a ter uma vida digna e oportunidades de se prepararem para o futuro.

Foto 12 – Vista Parcial do Centro Juvenil em Construção



Foto: MARTINS, Juscyo Mario Barbosa (Junho/2005).

Foto 13 – Cerimônia do lançamento da pedra fundamental do Centro Juvenil Dom Bosco.



Foto: MARTINS, Juscyo Mario Barbosa (Junho/2005).

Foto 14 – Ação Voluntária: Banda Adoradores de DEUS evangelizando no 18º Hallel em Franca São Paulo.



Fonte: Martins, Juscyo Mário Barbosa (Setembro/2005)

Foto 15 – Imagem do Cristo Redentor na Saída de Três Lagoas para o estado de São Paulo.



Foto: MARTINS, Jusecyo Mario Barbosa (Junho/2005).

CAPITULO 3

ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS COLETADOS

A análise dos dados coletados na comunidade da Vila Piloto vem corroborar com o interlocutor (voluntário) na comunidade, evidenciando possibilidades de realizar um trabalho voltado para o Desenvolvimento Local.

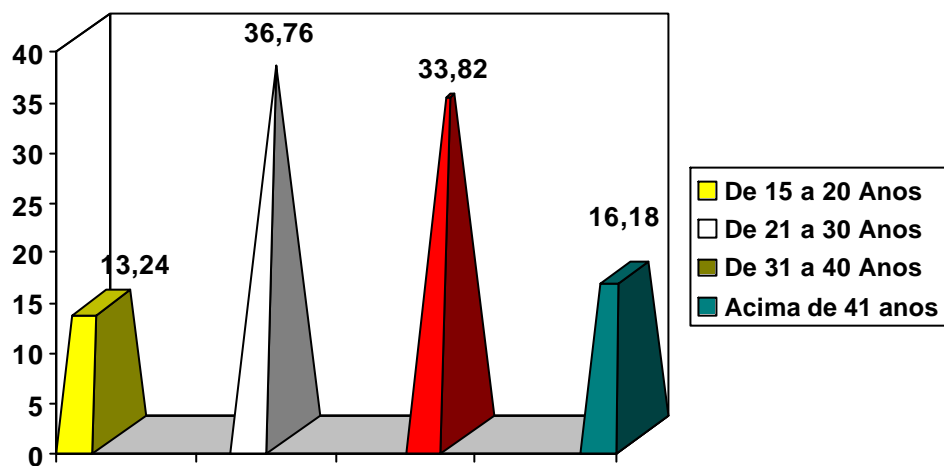
A comunidade pesquisada apresenta um percentual de 0,8%, sobre temas diversificados, objetivando oferecer dados concretos da realidade local, demonstrados por meio de gráficos e análise dos mesmos.

Foram pesquisados 80 residentes fixos da Vila Piloto, dentre os quais se inserem aqueles com idade entre 15 e 20 anos, bem como os de 21 a 30, os de 31 a 40anos e os acima de 40 anos, cuja coleta de dados foi realizada entre os meses de maio, junho e julho de 2005.

3.1 DADOS PESSOAIS

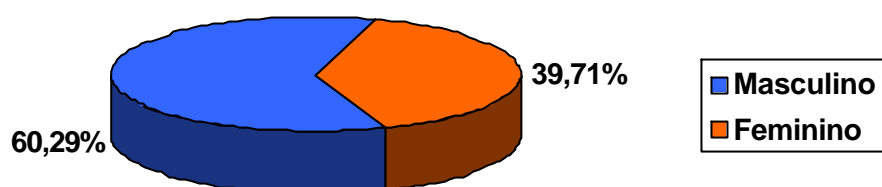
O dados coletados, bem como a pesquisa, são compostos por 3 níveis de avaliação que se seguem.

Gráfico 1 – Faixa etária



Neste gráfico, foi levantada a faixa etária dos entrevistados. Destaca-se uma homogeneidade dos moradores com faixa etária de 21 a 40 anos em uma média de 24%, sendo esta a população influente nas decisões da comunidade, dado o grau de importância que ela representa para a referida comunidade.

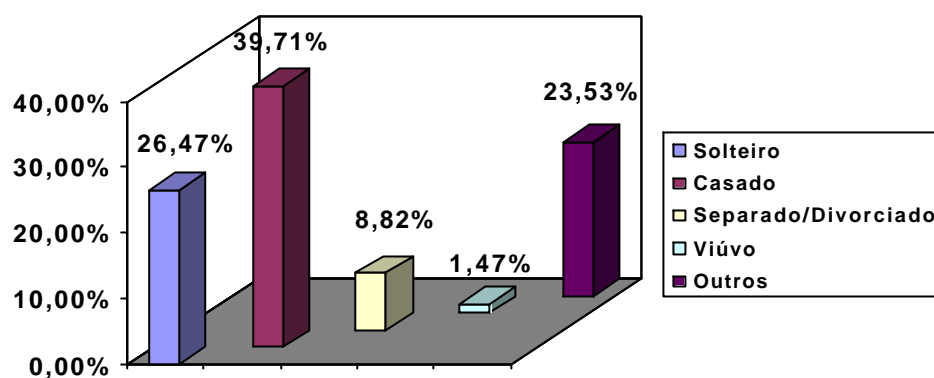
Gráfico 2 - Gênero



No gráfico 2, a definição de sexo determina e enfatiza quais são os principais atores da comunidade, já que, para os comunitários, são os homens que discutem propostas e delegam às mulheres as conquistas da família.

Esta distribuição não significa, entretanto, que as mulheres são ignoradas nas decisões tomadas pela comunidade. Por diversos momentos elas se fazem presentes nas votações de implementação de cursos, distribuição de cestas básicas, na organização de eventos.

Gráfico 3 – Estado Civil



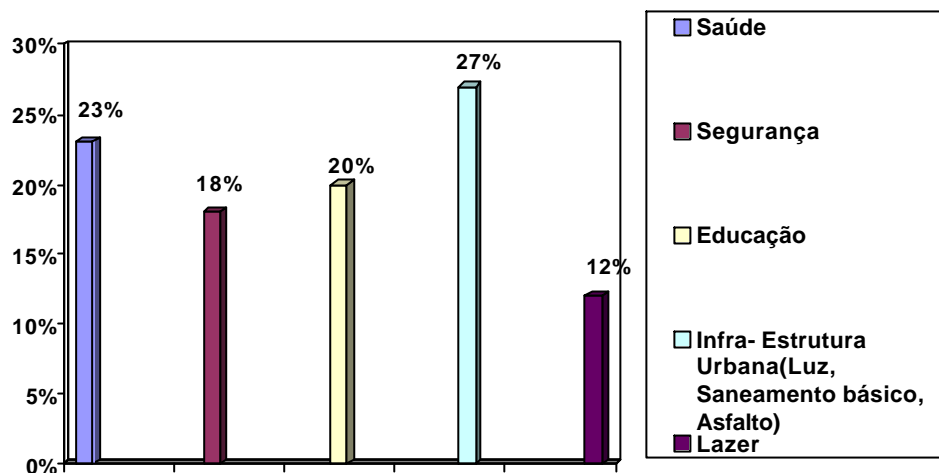
O estado civil predominante na comunidade é o de casado, em seguida vem o solteiro e, a seguir, outros que em sua maioria são amasiados.

Esta variedade determinada pelo estado civil dos entrevistados corrobora para as variantes de necessidades que a comunidade busca realizar.

Nos depoimentos dos pais, existe uma preocupação em oferecer aos filhos um espaço de conforto, tranquilidade e segurança na comunidade em que vivem.

3.2 QUESTÕES SOBRE AS NECESSIDADES LOCAIS

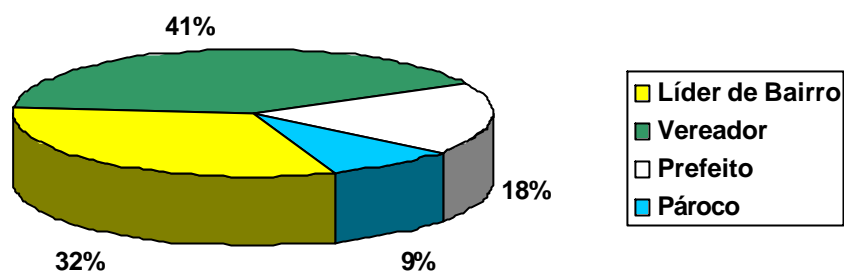
Gráfico 4 - Prioridades e Necessidades mais Urgentes para uma Melhor Qualidade de Vida na Comunidade de Vila Piloto.



Ao analisar o gráfico 4, é interessante observar que, indistintamente de sexo, idade ou estado civil, as necessidades e prioridades mais indicadas foram infra-estrutura (27%) e saúde (23%), o que denota com bastante clareza que, para a comunidade, há a necessidade de infra-estrutura para se ter uma vida digna, para que se possa exercer a cidadania plena

É importante ressaltar que os outros três itens (educação, segurança e lazer), também assumem papel determinante na comunidade, uma vez que os habitantes (18%), desejam maior segurança no bairro.

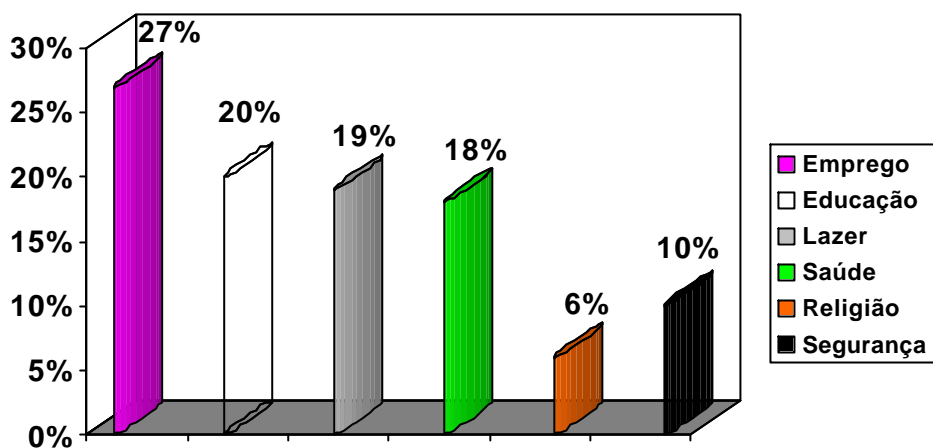
Gráfico 5 - Encaminhamento das necessidades locais.



Ao se proceder a leitura do gráfico 5, pode-se enfatizar que o vereador ainda se constitui a principal figura para as aspirações de desenvolvimento da comunidade.

Não obstante o líder de bairro seja o agente dentro da vila que significa a esperança na busca de desenvolvimento local, constatou-se que as escolhas foram diversificadas. O prefeito, com 18%, foi o terceiro numa lista de lideranças, quando na realidade deveria estar à frente, pois, partem dele as principais prerrogativas para questões relevantes já enfatizadas anteriormente. O pároco, com 9% significa uma esperança que já está exaurida, uma vez que só é acionado quando as outras autoridades constituídas não se apresentam para resolver questões prioritárias senão àquelas de cunho religioso.

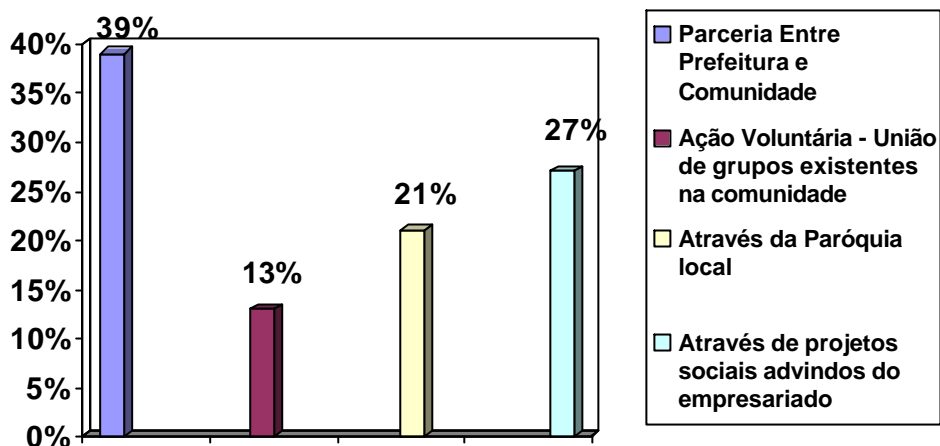
Gráfico 6 - Necessidade do Jovem da Comunidade.



O que se destaca no gráfico 6 é uma paridade entre todos os itens perguntados (educação, lazer, saúde), enfocando as necessidades que, não só entre os mais velhos, com idades que variam de 31 e 41 anos acima, há preocupação com temas tão importantes; os jovens que responderam o questionário (num universo de 30 jovens pesquisados), informam que também carecem de uma infra-estrutura social para um desenvolvimento local adequado.

Preocupam-se até mesmo com a religiosidade, buscando, na fé, respostas para seus anseios. O ponto principal nesta questão foi o emprego que é sinônimo, para muitos, da realização não só do indivíduo, mas da comunidade local como um todo.

Gráfico 7 - Atendimento das Necessidades.



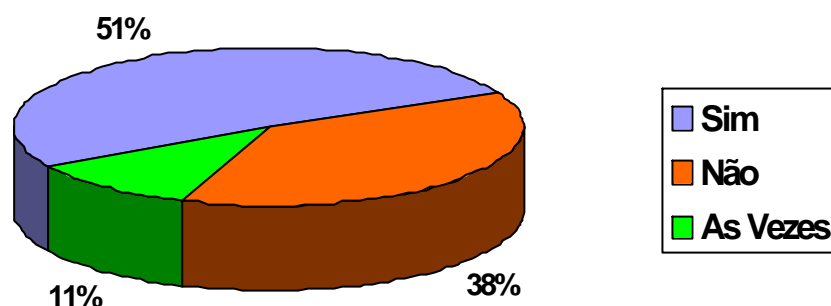
O gráfico 7 exemplifica bem o que a comunidade espera daqueles que a governam. A parceria entre prefeitura e comunidade representa, para os locais, o que a governança pública pode fazer para, junto com a comunidade, buscar alternativas para a solução dos problemas comunitários. A seguir, os entrevistados elegeram os projetos sociais advindos do empresariado, tais como: primeiro emprego, centros de treinamento profissional, etc.

Já para 21% do público alvo, a paróquia local é o caminho para os convives no auxílio de tais indagações, com projetos voltados à integração da comunidade com os benefícios de estruturas sociais capazes de alicerçar o desenvolvimento local.

A ação voluntária, que obteve 13%, é o caminho mais viável para tais conquistas. A união dos grupos que existem dentro da comunidade, tais como grupos de oração, grupos de jovens, *lions* clube e *rotary* clube local, entre outros formadores de opinião, formam um conjunto de forças capazes de gerar idéias que podem proporcionar meios de realizar os anseios mais prementes dessa comunidade.

3.3 QUESTÕES SOBRE O INTERLOCUTOR (VOLUNTARIADO) E A RELIGIÃO

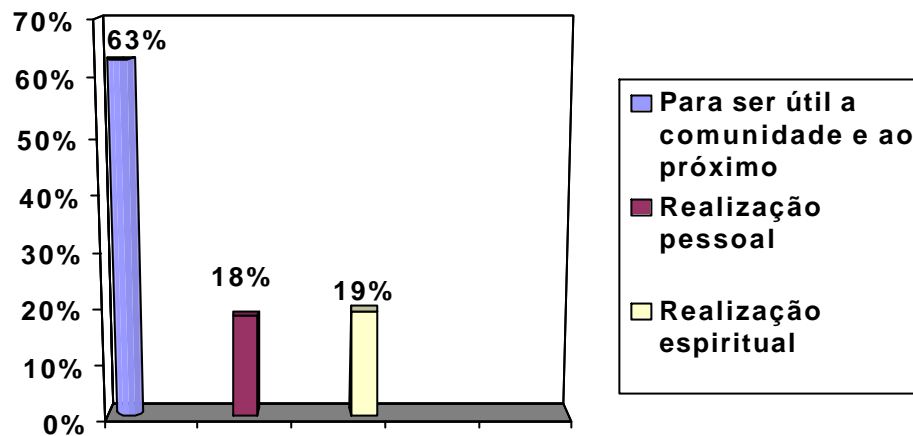
Gráfico 8 - Voluntariado.



De acordo com o gráfico 8, a maioria dos conviventes se dizem voluntários, o que simboliza a estrutura social dentro da comunidade de Vila Piloto. Estes voluntários são, em sua maioria, homens e mulheres com idade entre 21 e 41 anos. São adultos que se colocam a disposição de seus parceiros da comunidade para num trabalho cooperativo na concepção de novas idéias e na ação de sensibilizar os convives da própria comunidade. Já 38% não são voluntários e estes representam aqueles que “não têm tempo” ou, os que simplesmente ignoram os saberes que o voluntariado produz; nesta faixa etária estão os entrevistados de 15 e 20 anos.

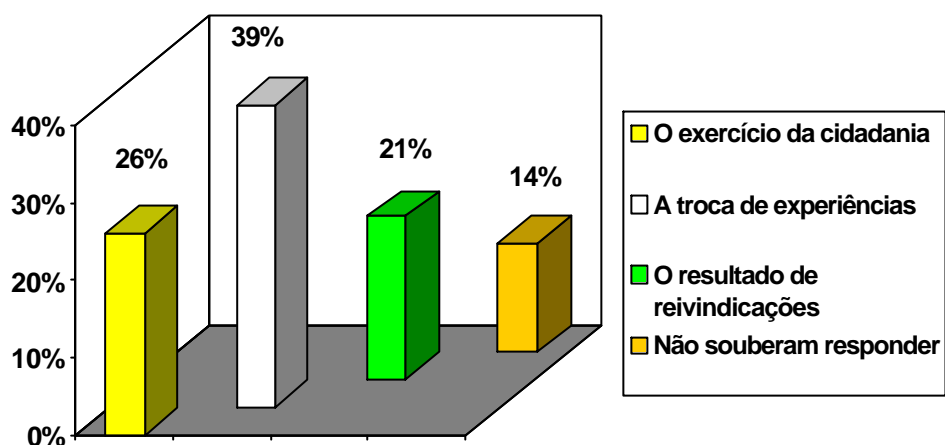
Os questionados, na faixa estaria acima de 41 anos, perfazem 11% da totalidade, exercem o voluntariado apenas quando ele é imposto pela necessidade pessoal ou até mesmo quando solicitados.

Gráfico 9 - O porquê de ser voluntário



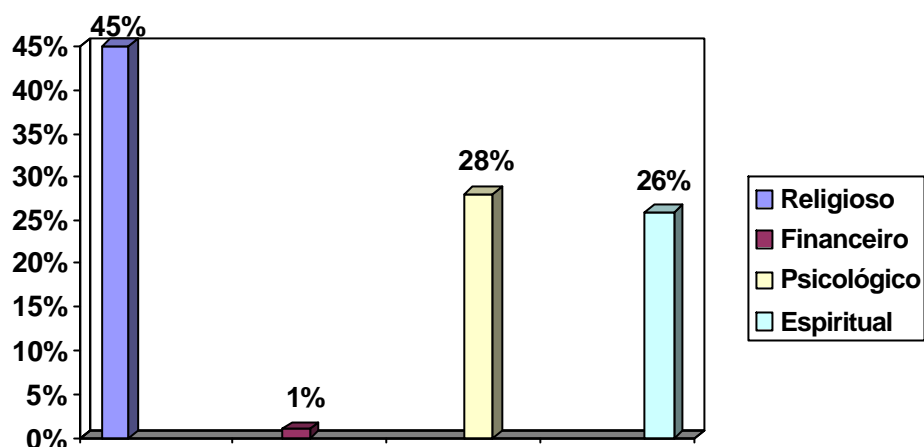
A interpretação dos dados do gráfico 9 denota que aqueles que se tornaram voluntários o fazem para serem úteis ao próximo e à comunidade. A realização pessoal é o que 18% dos entrevistados sentem quanto à prática do voluntariado, por se sentirem importantes para si próprios e para a comunidade. Para 19%, ser voluntário é uma realização espiritual, é a integração entre a fé e voluntariado na busca de soluções para o desenvolvimento local. “[...] é que, embora Deus esteja em toda parte, há locais em que ele se manifestou e basta que os fiéis queiram comemorar tal evento para que essas lembranças efetivamente sejam preservadas no imaginário religioso.” (HALBWACKS, 1999, p.68).

Gráfico 10 - Quais os Benefícios que o Voluntariado trouxe a cada um, individualmente, e à Comunidade?



O gráfico 10 mostra o quanto é importante a interação e integração de pessoas na prática do voluntariado, pois, para 39% dos entrevistados, a troca de experiências é fator determinante; a seguir vem o exercício da cidadania e o resultado de reivindicações, com média de 24%, é a força da comunidade trazendo benefícios para o desenvolvimento local.

Gráfico 11 – Que Estrutura a Igreja oferece para a Prática do Voluntariado?

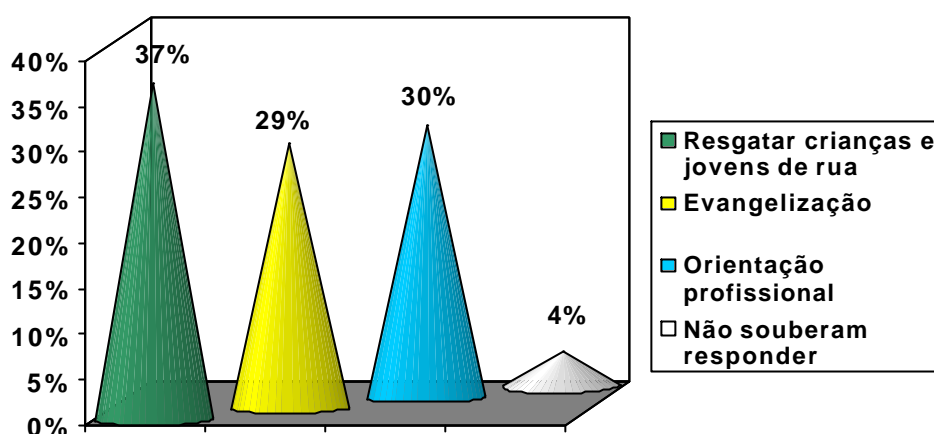


A interpretação destes dados, no gráfico 11, tem como objetivo sinalizar a função da igreja junto à comunidade local, bem como seu raio de atuação.

Para 45% dos entrevistados, a igreja alimenta a fé e é alicerce para o princípio do voluntariado; para uma média de 27%, ela atua junto à comunidade promovendo reuniões com os grupos² e com a própria comunidade, oferecendo orientações de cunho psicológico, objetivando o resgate daqueles que se sentem excluídos, como também a orientação religiosa na catequização de pessoas que não se sintam incluídas no convívio da paróquia local. “A identidade religiosa seria uma construção histórico-cultural socialmente reconhecível do sentimento de presença religiosa”.(ROSENDAHL e CORREIA, 2001, p.48).

Gráfico 12 - Quais as Práticas em que o Voluntariado e a Igreja estão mais Empenhadas?

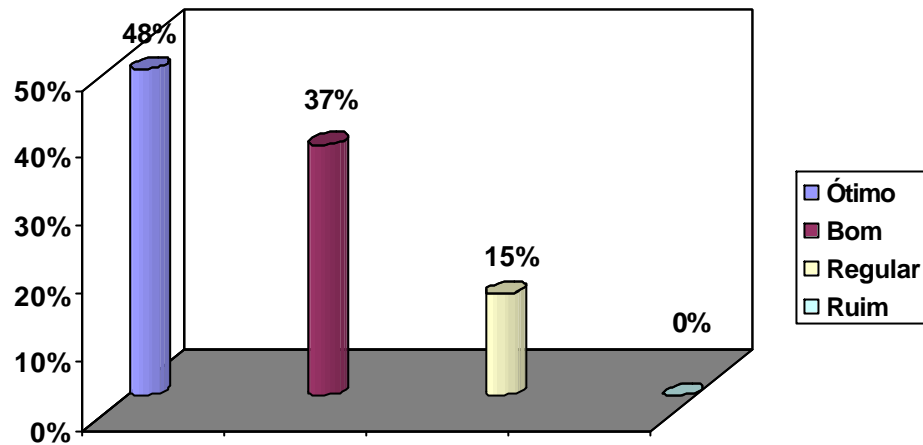
² Grupos de: Associação de moradores, de oração, pastoral da criança.



Na análise do gráfico 12, podemos ressaltar que, para a maioria dos entrevistados, os excluídos de modo geral são prioridade para a prática do voluntariado. A seguir, a orientação profissional enfoca a igreja como o caminho de inserção junto ao mercado de trabalho em cursos promovidos por ela. Para 29%, a igreja é o ponto crucial para que a comunidade se desenvolva com harmonia. Acreditam na força da fé para superar barreiras.

Gráfico 13 - O Que Você Acha do Trabalho dos Voluntários na Comunidade de Vila Piloto e no Centro Juvenil?

Gráfico 13



No gráfico 13, vale ressaltar que 15% dos entrevistados acreditam que o trabalho dos voluntários é fraco. Mas estes não são voluntários e nem atuam no voluntariado, e se apropriam dos benefícios que o voluntariado traz para si e para sua família, entretanto dão pouco ou nenhuma importância aos mesmos. A grande maioria, 48%, vê o papel do voluntário como determinante para o desenvolvimento local, acredita na importância da valorização do ser humano e do crescimento do voluntariado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a chegada do III Milênio da era cristã, percebe-se a necessidade do homem contemporâneo em buscar a sua verticalidade.

Com a perda do referencial sagrado, paradoxalmente, o homem moderno tentou buscar o sagrado através dos tesouros cátaros e templários, a Arca da Aliança, o Graal, entre outros referenciais puramente de valores místicos e não materiais. Para o conhecimento tradicional, é a busca do espiritual não pela verticalização, mas pela horizontalização e pelo profano que o homem deseja. O turismo, as escavações em busca de tesouros e objetos sagrados foram apenas desejo de poder e posse material. Para as tradições o homem contemporâneo, não há entendimento que o valor desses objetos é apenas espiritual.

O cenário pós-industrial criou condições favoráveis para o desenvolvimento de valores individuais, há muito, perdidos. A tendência cada vez maior da internalização e integração das atividades econômicas, políticas, sociais e culturais trouxe, na sua contrapartida, a necessidade de preservação de identidade geográfica, lingüística, religiosa e histórica do homem pós-industrial. O conhecimento científico, a informação, a comunicação em tempo real e o domínio de novas tecnologias serão a base desse novo milênio.

As forças que movem a globalização estão presentes na produção, no comércio, no consumo, na tecnologia, na informação, em praticamente todos os segmentos da atividade humana contemporânea, influenciando na criação de novos hábitos e em diferentes visões de mundo. A consequência imediata

dessa realidade vem sendo percebida através de manifestações concretas em que se alteram papéis da sociedade.

Os níveis de crescimento do desenvolvimento local dependem dos trabalhos realizados democraticamente e estabelecem um relacionamento satisfatório com a sociedade, com a finalidade de alcançar os objetivos de ordem social e proteção ao meio ambiente, tendo como base a administração sustentável do patrimônio natural do território e atendimento às necessidades das populações presentes e futuras.

É importante selecionar os desafios da equidade social e indagar os padrões de consumo das sociedades, determinando os espaços máximos e mínimos, disponível *per-capita* entre consumo e a necessidade do desenvolvimento econômico das camadas de baixa renda, ou pobreza concebida socialmente.

O equilíbrio e a integração devem ser preocupação sócio-econômico-cultural, fundamentais para a preservação da vida humana na terra.

A ansiedade por respostas está no centro da renovação pela qual passa a sociedade e, por isso, é preciso mais compromisso com o ser humano na busca da qualidade de vida das comunidades, regiões e municípios, tornando-os mais competitivos dentro do contexto globalizado.

Constatou-se com esta pesquisa que a comunidade da Vila Piloto está desenvolvendo alternativas de desenvolvimento local, baseadas no trabalho do voluntariado, principalmente religioso (católico), objetivando com tais atividades a construção de um futuro com crescimento econômico, justiça social e uso adequado dos recursos disponíveis como parte de um contexto, onde a solidariedade aparece como uma força coesa na busca de um caminho voltado para a cooperação, fraternidade, paz e amor.